

DADOS PARA UMA HISTÓRIA ECLESIAÍSTICA DO CEARÁ (1603 - 1750)

CARLOS STUDART FILHO

"Divina pela sua origem, divina em seus meios de santificação, divina por seus caracteres gloriosos de unidade, santidade, catolicidade e apostolicidade, a Igreja não deixa, contudo, de ser uma sociedade composta de homens frágeis, feridos pelo pecado e por uma natureza propensos ao mal".

"Não admira, pois, que, no correr dos séculos, tenha ela passado pelas alternativas de grande fervor e de um, às vezes, bem deplorável relaxamento de costumes".

(Pe. Arlindo Vieira S. J., "O sétimo centenário da canonização de S. Domingos",
Rio, 1º de agosto de 1934.)

A arrancada luso-brasileira para o Oeste, rumo às regiões indesejadas e distantes da Amazônia, marca, nos anais históricos do Novo Mundo, o alvorecer do século XVII.

Iniciado pelas alturas de 1603, esse remoto movimento de expansão bandeirante seria, pela magnitude de sua envergadura e, também, pela rapidez com que foi levado a efeito, incontestavelmente um dos ciclos empolgantes e expressivos da epopéia do desbravamento e conquista do solo brasileiro.

Partindo de Pernambuco e Paraíba, determinou, como é sabido, a derrocada da linha tordesiliana, e, avolumando-se, deu motivo a novas fronteiras com a incorporação definitiva, ao império colonial português, de grande parte da bacia do maior dos rios sul-americanos.

Dessa jornada heróica e tão cheia ainda dos belos e rijos feitos lusitanos, ficou-nos, a nós cearenses, entre outras recordações envaidecedoras, a memória do fortim de São Sebastião, plantado à maneira de marco possessório nas êrmas praias nordestinas. Assentara-o ali a audácia nunca desmedida de Martim Soares Moreno para a defesa da

terra contra as investidas de intrusos que, vez por outra, a salteavam com intuitos simplesmente mercantis.

Para erigir e presidir aquela praça de guerra e dar início ao povoamento dos sertões circunjacentes, tarefa que, com particular interesse, lhe cometera o Governador-geral D. Diogo de Menezes, Martim Soares trouxera consigo um trôço de seis soldados apenas (1).

Por essa época, concretizavam-se, mais uma vez, em chãos brasileiros, os sonhos imperialistas dos franceses. Uma expedição, chefiada por Daniel de la Touche e Francisco Razilly, tinha-se apossado da ilha de São Luís, criando ali a chamada França Equinocial (1612).

Harmonizados com os índios e já virtualmente senhores das praias de Cumã e Tapuitapera, intentariam, logo a seguir, os gauleses alargar até a bacia do Amazonas os seus domínios territoriais.

Em face das dificuldades do momento, recebera Martim Soares ordens expressas de Gaspar de Sousa para explorar a costa leste-oeste, em direção ao poente, captar as boas graças dos indígenas locais, propiciando-os em favos dos lusitanos.

Cabia-lhe agora transformar o Ceará numa espécie de trampolim que, suprimindo distâncias, permitisse o rápido deslocamento das tropas que viriam, com Jerônimo de Albuquerque e Alexandre de Moura, expulsar do meio norte os gauleses e seus aliados nativos.

Tendo-se em consideração a tarefa árdua e complexa cometida ao jovem militar, concluir-se-á naturalmente que a escolta que o seguia era, de fato, bem exígua.

Na realidade, porém, não fôra organizada e constituída ao acaso, e isso é um ponto que deve ficar perfeitamente esclarecido porque explica certos fatos obscuros da política colonial portuguesa no que tange às expedições desbravadoras. Procedendo como haviam procedido, tinham em mira os dirigentes da Colônia evitar que êle e seus acompanhantes viessem a se tornar molestos aos nativos cearenses, entre os quais iriam viver e que, em última análise, deveriam provê-lo de alimentos e de tudo mais lhes fôsse necessário. Na exiguidade numérica da tropa, estava, pois, a condição essencial do sucesso.

Disfarçando o "mais possível qualquer aparência de força", prudentemente obstava-se, outrossim, acordar-lhes a mente suspeitosa, mal adormecida dos temores de violência. Vendo chegar às suas aldeias numerosos milicianos em arma, aquela pobre gente, já escarmentada com o bárbaro proceder de Pero Coelho, o primeiro bandeirante reinol a pisar terras cearenses, bem poderia concluir que os recém-chegados ali vinham animados dos mesmos propósitos bélicos e escravagistas dos seus predecessores.

Explicando o fato, escreveria, mais tarde, o sargento mór de Estado Diogo de Campo Moreno, na "Jornada do Maranhão", o seguinte: "... e assim despachou (o Governador Geral) ao dito Martim Soares fazendo-o Capitão do Ceará e dando-lhe só dois soldados, a fim de que os índios o não tivessem por hóspede pesado e, vissem como não ia a lhes fazer guerra, mas a se fiar nas suas amizades e fôrças".

O *Pe. Baltazar João Correia* — Do escasso grupo de pioneiros que, assim, arrostando dificuldades infinitas e perigos sem conta, vinha dis-

(1) — Discrepam sensivelmente, no que diz respeito ao número de acompanhantes que teve Martim Soares Moreno quando de sua ida para o Ceará, em 1612, as informações consignadas nos documentos antigos que versam as nossas coisas. O governador Diogo de Menezes, em carta a El-rei, datada de março de 1612, assegura que foram dez os componentes da escota; ao passo que Diogo de Campo Moreno, na "Jornada do Maranhão", pretende que eram apenas dois. Martim Soares, com maior autoridade, por ser pessoa diretamente interessada no caso, informa serem seis os homens que formavam o seu séquito. Assim, diz taxativamente na "Relação do Ceará": "... e sendo no ano de 1611 cheguei ao Ceará com 6 homens em minha companhia..."

tanciado de todo conforto, lutando e sofrendo para que nossa integridade territorial fôsse preservada, fazia parte o Pe. Baltazar João Correia, o primeiro clérigo de hábito secular que aqui esteve (2).

Viera da Bahia, nomeado para cargo de capelão do presídio por D. Diogo de Menezes Siqueira, nono Governador Geral do Brasil.

A missão dêste sacerdote era tão árdua e complexa como a do chefe da expedição de que participava. Além dos naturais encargos de amparar a fé, sempre periclitante dos brancos e mestiços em guarnição no fortim, devia ainda encarregar-se de desbravar a alma dos nativos, infundindo nela princípios morais e religiosos e novas esperanças de vida.

A obrigação de exercer a catequese, doutrinando especialmente as aldeias de índios potiguares, sediados junto à barra do rio Ceará, cujos moradores pertenciam à grei de Jacaúna, decorria, aliás, dos próprios motivos que haviam determinado a vinda do padre ao Ceará, motivos que, por singulares, não devem ficar ignorados.

Servindo Martim Soares no Rio Grande do Norte, como tenente da fortaleza dos Santos Reis Magos, depois do desbarato da expedição desbravadora de Pero Coelho, de que fôra um dos obscuros colaboradores, e do grave insucesso da bandeira religiosa de Francisco Pinto e Luís Figueira, "recebera, diz-nos Capistrano, instruções de inquirir ao que passava pelas regiões limítrofes", renovando tratos e amizades com Jacaúna, "poderoso chefe indígena, de quem soubera conquistar as boas graças, quando de sua primeira passagem pelas plagas cearenses.

Corriam rumores insistentes de longas estadias de navios franceses em águas maranhenses para comerciar com os habitantes dali, e era mister apressar a marcha do Brasil para o poente, em busca de suas lindes naturais.

Espírito atilado e profundo conhecedor dos mistérios da alma e dos segredos da língua dos nativos, compreendera, desde logo, a importância, que teria para o bom êxito dos trabalhos que ia empreender, a cristianização dos indígenas praiheiros. Visando obtê-la, moveu, com habilidade e astúcia, os chefes a solicitarem, em pessoa, ao dirigente máximo da Colônia, um sacerdote para aproximá-los de Cristo, pelas águas lustrais do batismo.

Talvez pela primeira vez no Brasil, a iniciativa do pedido de missionários para catequese partia dos próprios gentios interessados.

"... e me arrisquei só com dois homens e me meter com êles, donde os incitei fôsse um dêles comigo à Bahia e pedir ao Governador D. Diogo de Menezes padre que os fizesse cristãos" — escreve o autor da "Relação do Ceará".

O procedimento invulgar dos nossos indígenas é ainda pôsto em relêvo e elogiado pelo Governador Geral em carta a El-rei, dando-lhe conta dos negócios da Colônia. Nesse documento se exalta, também, o papel desempenhado pelo jovem militar lusitano na benemérita empresa, nos termos seguintes:

"... me mandaram, escreve aquela autoridade, um filho de um Principal daquele distrito de Jaguaribe pedindo-me que com êle lhe mandasse Padre para a doutrina e brancos que assistissem com êles, e porque o Tenente do Rio Grande Martim Soares foi o que andou nestes tratos e amizades com êle e que o trouxe consigo a esta cidade (de Salvador) a dar-me conta do que passava, me pareceu não perder a ocasião e torná-o a mandar com o mesmo embaixador, acompanhado

(2) — Sobre a missão dos Jesuítas Luís Figueira e Francisco Pinto, que antecederam ao padre Baltazar em terras do meio-Norte, leiam-se os trabalhos de Paulino Nogueira ("O Pe. Francisco Pinto ou Primeira Catequese dos Índios do Ceará", na Revista do Instituto do Ceará. Tomo XVIII. 1904), Barão de Studart e Serafim Leite. Por êstes últimos se verá ainda que na zona do Jaguaribe estêve, também, pelas alturas de 1608, o Pe. Gaspar de Samperes em um barco destinado a receber e transportar para o Rio Grande do Norte o Padre Luís Figueira.

com um clérigo e dez soldados para que se fôsse ao dito sítio do Jaguaribe”.

Conseguidos os seus objetivos imediatos, e “já negociados de tôdas as coisas necessárias”, tornaram os itinerantes da Bahia ao ponto de partida. Levava o sacerdote as suas paramentas e o mais que era imprescindível à prática do ritual católico em uma terra onde faltava tudo. Uma vez no Ceará, sempre animados pela atitude amistosa dos nativos, deu Martim Soares início ao desempenho dos encargos que trazia de comerciar “por terra com os nativos do Maranhão para fazer aquela conquista”, construir “uma igreja para que o clérigo exercitasse o seu ofício e doutrinasse, e, juntamente, na melhor parte que lhe parecesse”, levantar “um reduto em que se conservasse êle e os companheiros”.

Enquanto isso, o Pe. Baltazar, cedo adaptado às novas condições de meio, entregava-se aos seus deveres apostólicos, dêles colhendo os mais promissores resultados, com a conversão de muitos índios ao Catolicismo.

... e sendo no ano de 1611, cheguei ao Seará com 6 homens em minha companhia e um clérigo, onde fui muito bem recebido, logo a poucos dias fiz igreja e com retábulos que levei, se disse missa, e se fizeram muitos índios cristãos, anotaria mais tarde Martim Soares, na já citada “Relação do Seará”.

Da leitura dêste e de outros documentos escritos, ficados dessa época histórica, podemos concluir que o Pe. Baltazar era um sacerdote cumpridor dos seus deveres de ministro de Cristo e, até certo ponto, homem de espírito bastante cultivado (3). Desde os primeiros momentos da sua estada entre os naturais da terra, mostrou ser, igualmente, criatura de ânimo forte e de grande intrepidez.

O simples fato de haver acompanhado a Martim Soares Moreno, na grande investida para o Nordeste, partilhando com êle perigos e trabalhos, bastaria, aliás, para lhe dar foros de legítimo herói, título que ainda melhor viria a merecer no decurso da sua acidentada permanência no Ceará.

Naquela perdida fronteira da civilização, com um mundo ainda em plena barbárie, prestou, com efeito, o Pe. Baltazar assinalados serviços à causa da catolicidade lusitana, já difundido a fé dos seus maiores, já mantendo, por atos renovados de bravura pessoal, o prestígio do bom nome português.

Ao destemor dêsse sacerdote e ao estímulo das suas prédicas inflamadas e patrióticas, feitas na pequena ermida de Nossa Senhora do Amparo, rústico santuário que ajudara a erguer, benzer e consagrara, deveram os soldados de Martim Soares sua primeira vitória contra piratas que infestavam as águas territoriais da capitania.

Graças a êle e ao valioso auxílio dos seus aliados, os índios de Jacaúna, os nossos, já minados pelo desânimo e pelas privações de tôda sorte, lograram, com efeito, repelir vantajosamente o assalto tentado contra o fortim cearense por uma nau de guerra tripulada por franceses. Eram os atacantes gente cheia de vigor, disciplinada e perfeitamente equipada para as aventuras do mar e azares da préia; comandava-os Du Prat, gentil-homem de França, que tendo transposto o Atlântico a caminho de São Luís, perlongava a costa leste-oeste em busca de prêsas rendosas e fáceis.

(3) — Para atestar os seus pendores para as letras, existe do Pe. Baltazar uma interessante missiva redigida em latim e endereçada a Frei Arcangelo de Pembrock e mais capuchinhos que cruzaram as águas do Ceará na nau de Du Prat, um dos chefes da malograda França Equinocial. A êsse documento publicado primeiramente pelo Barão de Studart (“Documentos para a História do Brasil e especialmente a do Ceará”, Vol. I. p. 114), chama Capistrano de Abreu “deliciosa obra prima de matamouros”, pois que assim termina: “Ego sum verus sacerdos et non quero bellum, si tamen me querant in conflictu quatenus ad corpus sacerdotium deponam...”

Mesmo ocorrido, como foi, numa época em que, na defesa e conquista da terra brasileira, tão notáveis feitos bélicos foram praticados pelos conquistadores lusitanos, a ação daquela pequena tropa merece ser lembrada. Embora de minguado vulto, é um verdadeiro exemplo de bravura e tenacidade, dignos dos velhos portugueses da era dos descobrimentos e conquistas asiáticas (4).

Enérgico e decidido, também, em suas ações em prol da catequese, não restringiu o Pe. Baltazar, ao que parece, suas atividades missionárias ao âmbito do fortim e das aldeias cristianizadas. Itinerante incansável, derivou para arraiais distantes, no inflexível esforço de transfundir a fé aos índios infieis.

Repetidas vezes abandonou a séde da Capitania, encaminhando-se para circunscrições vizinhas a negócios próprios ou da religião que apostolava (5).

Não surpreende, portanto, que, sendo tão anejo, se visse envolvido em mais de uma aventura ruidosa e pinturesca.

Assim é que, estando o padre certa vez a caminho de Pernambuco, saíram-lhe no encalce os índios do Ceará, por acreditarem que conduzia consigo, em segredo, os ossos do Pe. Francisco Pinto, o mártir da Ibiapaba. Tendo logrado alcançá-lo, só o deixaram livre de prosseguir a jornada quando verificaram a improcedência das suas suspeitas.

O singular incidente, havido entre o padre e suas turbulentas ovelhas, vem narrado de maneira assaz minuciosa na missiva do Pe. Manuel Nunes — que o Barão de Studart descobriu na Biblioteca Nacional de Lisboa — e prende-se ao pedido feito ao missionário-capelão pelo Pe. Manuel Gomes, da Companhia de Jesus, pedido de que os nativos deviam ter tido amplo conhecimento (6).

Jazia então o Pe. Francisco Pinto sepultado nas proximidades da povoação do Forte e aquêle inaciano lhe havia solicitado que exumasse à noite os seus ossos e os levasse ao colégio da Ordem, em Recife. Muito valiam aos jesuítas tais despojos, por parecerem, esclarecia o missivista, “as mais ricas pedras preciosas que a região podia dar” e para que, “à vista dêsses ossos santos, se acrescente nesses Padres e Irmãos o zelo da salvação das almas e venham levar ao fim tão gloriosos princípios...”

(4) — Ver C. Studart Filho, “Notas para história das fortificações do Ceará”, Revista do Instituto do Ceará.

(5) — Apoio-me para fazer tal afirmativa nos seguintes dizeres, transcritos das epístolas que, ao Provincial do Brasil, enviou do Maranhão, em 1616, o Pe. Manoel Gomes, que para lá fôra na armada de Alexandre de Moura: “e eu agora conheço que fui seguro em pedir encarecidamente ao vigário Baltazar João, que de caminho estava para esta capitania”.

Não menos sugestivo testemunho de suas frequentes ausências é estoutro trecho da carta de Gaspar de Sousa a El-Rei e datada de 30-1-1615. “O Presídio de Siará, diz êle, achei já levantado quando vim a êste Governo meo antecessor Dom Diogo de Menezes, onde estava por Capitão Martim Soares, com dezasseis soldados e hum sargento”. Na passagem apontada não se alude à existência ali de nenhum clérigo, o que não deixaria de ser feito, por certo, pelo Governador, caso lá houvesse alguém encarregado dos negócios religiosos.

(6) — A singular aventura vem ainda mencionada num documento, datado de 10 de maio de 1624, em que o soberano espanhol ordena ao conselho de sua Real Fazenda que opine sôbre certo favor requerido pelo Pe. Baltazar. Citam-no igualmente duas cartas do Pe. Manuel Gomes, que referem incidentes de vulto ocorridos com o próprio missivista durante sua viagem ao Maranhão.

Dessas cartas, uma vem publicada na História da Companhia de Jesus da autoria do Pe. Moraes e a outra foi dada a lume em primeira mão pelo já citado Barão de Studart, no segundo volume de seus “Documentos para a História do Brasil e especialmente do Ceará”.

Ocorre, porém, que tais relíquias eram havidas igualmente em grande conta pelos supeitosos incolos que delas não queriam, por isso mesmo, desfazer-se a nenhum preço. Daí o cuidado que punham em evitar que fôsem transportados para fora da capitania (7).

Tempo depois do incidente narrado, transferiu-se o nosso padre a São Luís em busca de paramentas e mais objetos de culto que melhor aparência e realce dessem à sua capelinha, e aí se deixou ficar, voltado, sem dúvida, para obras mais amplas e mais produtivas que as aqui exercitadas até então (8).

Alçado à dignidade de vigário da vara do Maranhão, retirou-se para o reino em 1619. Não conhecemos pormenores de suas atividades no outro lado do Atlântico. Sabemos apenas que o substituiu, na qualidade de encarregado do serviço religioso em São Luís, o coadjutor Domingos Gonçalves Vaz, homem violento e desassizado que chegou, conforme apuraria o Barão de Studart em suas pesquisas históricas acuradas e produtivas, a quebrar com um pau o braço do escrivão e a excomungar o Governador Diogo Machado, que procurava conter-lhe os desatinos.

Mais tarde, o Pe. Baltazar regressou da Metrópole lusitana para novamente entregar-se, no Maranhão, a seus deveres sacerdotais.

Ignoramos se reassumiu as suas funções de vigário. O certo é, porém, que de lá partiu, em maio de 1626, na comitiva do visitador

(7) — Aliás já em vida granjeava o Pe. Pinto uma aura de grande popularidade, sendo seu nome venerado e temido pelos potiguares e tabajaras de todo o Brasil Norte-Oriental, pois, ao tempo que missionava no Rio Grande do Norte, onde então habitavam, já lhes valera em mais de um transe amargurado. É tradição de antanho, corrente largo tempo entre brancos e indígenas nordestinos, tradição transmitida até nós pelos cronistas da Companhia de Jesus, que, de uma feita, terrível sêca assolava o Nordeste.

Esvaíam-se os últimos manadeiros sugados pelo sol de fogo do verão; a canícula esbraseante tudo requeimava impietosamente. Mortas as lavouras, rareavam os víveres, minguando para todos a esperança de sobrevivência. Desalentados, a êle recorreram então os neófitos, pedindo que o ajudasse, abrandando "aquêlê implacável rigor do céu. Pôs-se de joelhos o boníssimo padre e entrou a rezar fervorosamente. Longo tempo jazeu nessa humilde postura. Quando, porém, se levantou e baixou os olhos, até então perdidos na abóbada celeste, uma chuva abundante e prolongada batera pesada e grossa, alagou a terra, refrescando os ardores que a esterilizavam".

A funda impressão daquele milagre benfazejo devia permanecer indelével na memória dos indígenas diretamente beneficiados pela mercê divina e a notícia dêle, alastrando-se, tornou o nome do pe. conhecido dos nativos de todo o praial oceano onde dominavam as tribos potiguares. Daí por diante, geralmente o chamavam *Amanaira*, senhor da chuva, ou melhor, o homem que faz chover. Tal nome é símbolo da confiança que nêle depositavam os neófitos, confiança que jamais seria ludibriada e que sucessos posteriores cada vez mais robusteceriam.

Mais tarde, sobrevindo a sêca de 1609, prenunciadora, como sempre, de privação e misérias ainda maiores para os indígenas, seu nome foi novamente invocado em súplicas aflitivas para que Deus mandasse chuvas abundantes. Sendo, ainda uma vez, atendidas as suas preces à simples invocação do nome do Padre, persuadiram-se, com razão, de que, sendo êle um taumaturgo, os seus ossos, então jacentes a meia encosta da serra da Ibiapaba, onde piedosamente os sepultara o Pe. Luís Figueira, teriam, também, poderes sobre os elementos. Estando mais próximo, melhor poderiam valer nos infaustos, sempre que fôsse necessário fazer descer sobre a terra o refrigério das chuvas ou as ardências do sol.

E, firme nessa presunção, foram os homens de Jacaúna tirá-los do túmulo serrano e, com todo respeito, o conservavam junto a si em um nicho que, para isso, haviam construído os catecúmenos cearenses.

(8) — Veja-se a carta de Gaspar de Sousa ao rei, em 31 de janeiro de 1615.

eclesiástico frei Cristóvão de Lisboa, que tornava ao Ceará, no desempenho do seu ministério.

O nome do Pe. Baltazar figura ainda no livro 2 do Registro de Provisões Régias, como tendo recebido, no ano de 1627, do tesoureiro geral Tomé da Fonseca, o pagamento de dois mil réis de mercê, por ordem verbal do Governador Diogo Luís de Oliveira.

Entre 1613, quando Martim seguiu para o Maranhão a reconhecer as posições francesas, e 1621, época de seu regresso ao fortim de São Sebastião, aqui estiveram igualmente o Pe. Manuel Gomes e Diogo Nunes, vindos, em 1615, na expedição de Alexandre de Moura, que ia para São Luís. Fazendo-se de vela, três anos depois, dali para Pernambuco, foram os dois sacerdotes parar às Antilhas, onde faeceu o Pe. Diogo Nunes (9).

Precisando datas, diz o Barão de Studart que, de volta do Maranhão para o Estado do Brasil, viram-se ambos atirados por uma tempestade à ilha de São Domingos, a 1º de maio de 1618, e, daí, a 10 de março de 1620, partiu o Pe. Manuel Gomes para a Espanha, e sozinho, por ter falecido o Pe. Diogo Nunes, seu companheiro.

Esclarece ainda o historiador citado que, ao passarem eles pelo Ceará, no dia 10 de outubro de 1615, veio à terra o Pe. Manuel Gomes, e com os índios se entretteve largamente acêrca da vida e virtudes do Pe. Francisco Pinto, cujos ossos buscou levar consigo, mas inutilmente, por causa da ciosa vigilância dos índios.

Viajando, na armada de conquista, aqui então estiveram igualmente os religiosos do Carmo, da Vigararia do Brasil, frei Cosme d'Anunciação e frei André da Natividade que iriam estabelecer convento em São Luís.

Ao longo das costas cearenses, transitariam, pelas alturas de 1622, os padres da Companhia de Jesus, Benedito Amodei, siciliano natural de Buine, e Luís Figueira, que seria, mais tarde, sacrificado à sanha dos Aruans, da ilha Joanes.

Criado o Estado do Maranhão e Grão-Pará, pela Carta-Régia de 13 de junho de 1621, congregadas, assim, sob um govêrno autônomo, as terras recém-incorporadas ao patrimônio efetivo da coroa dos Habsburgo, de Espanha, pela bravura luso-brasileira, foi o Ceará anexado à nova entidade administrativa, situação que seria mantida por várias décadas.

De nada valeriam contra a resolução régia os veementes e reiterados protestos de Martim Soares Moreno, desejoso, ao que parece, de que sua capitania permanecesse sob a dependência do govêrno de Pernambuco (10).

A 23 de setembro desse ano, chegava êle ao Ceará, provido, pela carta patente de 2 de maio de 1619, por dez anos, nas funções de

(9) — Diz o "Catálogo dos primeiros religiosos da Companhia da Vice-província do Maranhão com notícias históricas pelo Jesuíta Bento da Fonseca" que os dois padres permaneceram no Maranhão até 1619.

(10) — Advogando a volta da sua capitania à situação anterior de dependência em várias petições feitas nos anos de 1625 e 1626, alegava Martim Soares, entre muitos outros motivos, a impossibilidade de ser ela socorrida em caso de necessidade pelas forças sediadas no Maranhão, mercê do regime das águas e dos ventos reinantes nesse trecho do costão nordestino. Pôs igualmente em relêvo e discutiu outros inconvenientes que decorriam da distância que medeava entre a sede do govêrno maranhense e a aldeia do Forte e também dos obstáculos naturais que tornavam praticamente impossível a travessia por terra a quem tentasse estabelecer, por essa via, comunicações seguidas entre as duas praças; Os justos e ponderosos argumentos de que se valeu, então, resultaram inúteis e inoperantes, apesar das informações favoráveis com que as reforçou Estêvão Soares de Albergária. Deveu o fundador êsse fracasso diplomático às contestações que, aos seus argumentos, após Bento Maciel, também diretamente interessado no caso.

Capitão-mor da Capitania que fundara e na qual desejava fixar-se definitivamente.

Concedera-lhe, outrossim, o rei, sempre parcimonioso em premiar vassallos portugueses, o hábito de Santiago, com a pequena tensa de 400 cruzados de vencimentos anuais, e duas léguas de terra, das doze que pedira. Era isso a mísera paga que recebia pelos valiosos serviços prestados à pátria, alargando a área de sua imensa colônia transatlântica e defendendo-a com determinação e denôdo contra a cobiça dos piratas e traficantes estrangeiros que, a miúdo, a salteavam e a cujos desígnios tantas vezes tivera de se antepor pela força das armas.

A incorporação do Ceará ao Estado do Maranhão, medida de caráter administrativo sem apôio nem inspiração nas realidades brasileiras da época, teve naturais reflexos nos seus negócios religiosos. Assim, foi a capitania oficialmente desligada da jurisdição eclesiástica da Sé de Olinda, passando à tutela espiritual do vigário de São Luís.

Da execução das novas ordens régias não advieram, conforme o previra Martim Soares em correspondência epistolar com a metrópole, nem incentivos ao progresso material da terra, nem estímulos fortes ao desenvolvimento cultural e religioso dos seus habitantes.

Não recebendo nenhuma ajuda eficaz das autoridades do Maranhão, nem de Pernambuco, a gleba cearense haveria de permanecer, por muito tempo ainda, escassamente povoada, improdutiva e hostil a seus poucos ocupantes brancos.

Três anos depois, quando por aqui passou Francisco Coelho de Carvalho, capitão general e primeiro Governador do Estado do Maranhão, a cidadela de São Sebastião, por falta de quem a cuidasse, era uma completa ruína.

"Passei pela Capitania do Ceará, escrevia Coelho de Carvalho a seu rei em 6 de fevereiro de 1627, aonde achei Martim Soares por capitão daquele Presídio em um forte tão fraco e desbotado que me foi necessário fazê-lo de novo e guarnece-lo com 4 peças de Artilharia, por não ter mais que ua e alguns soldados, pólvora e munições das poucas que levava".

Em junho do ano de 1624, haviam estado igualmente no Ceará Frei Cristóvão de Lisboa, religioso da Província de Santo Antônio de Portugal, com 12 irmãos de hábito (16 no entender de Studart) e mais dois frades carmelitas. Nomeado visitador e primeiro custódio dos capuchos de Santo Antônio, no Maranhão, saíra de Lisboa, escreve Frei Francisco dos Prazeres, a 25 de março de 1624, em companhia de Francisco Coelho de Carvalho, também recém-escolhido governador daquele Estado nortista, dirigindo-se ambos, primeiramente, a Pernambuco.

Deixando-se o Governador ficar naquela capitania, retido pela necessidade de reforçar com a sua tropa a guarnição da praça, que vivia sob a ameaça de invasão pelos holandeses, seguiram os religiosos num barco de coberta para São Luís, onde dariam fundo no dia 5 de agosto.

Há notícias de que, por solicitação de Martim Soares, frei Cristóvão, que, aliás, se achava igualmente investido das funções de comissário do Santo Ofício, deixou dois sacerdotes no fortim de São Sebastião, para cuidarem, certamente, da conversão dos silvícolas e da assistência aos soldados e moradores. As crônicas nada adiantam, todavia, acêrca dos trabalhos e virtudes dos dois eclesiásticos. Vultos sem dúvida venerandos da milícia cristã, passaram sem deixar vestígios nos anais históricos regionais. Seus nomes e feitos, nos domínios da fé, sepultaram-se no olvido, como tantos outros heróis da cristandade.

Com o 1º Governador e capitão general do Maranhão viajaram, também, os jesuitas Pe. Lopo de Couto e irmão Antônio Costa, oficial de carpintaria.

Das providências tomadas pelo Governador maranhense para reforçar as defesas da praça do Ceará, não resultaram, conforme ficou

dito, benefícios para a segurança da Capitania, nem melhorias para a vida dos seus moradores. Um ano depois, para manobrar os pesados canhões do forte, não dispunha o seu comandante senão de 4 soldados doentes e despidos (11).

Apesar do pouco ou nenhum desenvolvimento da imigração branca e da ruindade da terra, a densidade demográfica da nascente colônia cearense aumentava de maneira satisfatória. Entretanto, desde cedo, a cruzar tumultuariamente com as filhas da terra, os militares aqui destacados iam gerando numerosa população mestiça e sedentária que, à maneira dos seus ancestrais americanos, vivia de lavouras de medíocre rendimento, da caça, a que recorriam com frequência, e dos produtos do mar (12).

Nas quadras invernosas tôda aquela gente ia buscar alimentação azotada, de que carecia, nos rios e lagoas dos plainos litorâneos, entumecidos por fortes aguaceiros.

O crescimento populacional do Ceará, dos primeiros tempos, era, pois, quase inteiramente vegetativo. Triste e melancólico torrão sempre a debater-se na penúria e no abandono, não era, por certo, a Terra da Luz de molde a atrair os forasteiros que, propelidos por imperativos econômicos, buscavam fortuna fácil no setentrião brasileiro.

Mesmo os que peregrinavam pelo norte da Colônia no afã piedoso de trabalhar pelo reino de Cristo, fôssem eles regulares ou seculares, pareciam evitar o Ceará, como se a terra lhes parecesse a antecâmara do inferno.

Viajando em barcos que o sopro das brisas marinhas conduzia ao Maranhão ou de lá fazia regressar penosamente a Pernambuco, aqui aportaram sem dúvida, durante a gestão administrativa de Martim Soares e de Bartolomeu de Brito, seu sucessor imediato, outros sacerdotes católicos. Não consta, porém, que algum se deixasse ficar em terra para atender às necessidades espirituais dos moradores. Se houve êsse benemérito apóstolo da cristandade, seu nome e a memória de suas atividades missionárias perderam-se por completo.

Tinham, de certo modo, razão os que fugiam de arrostar, nesse canto perdido da América Portuguesa, as amarguras do destêrro.

Suas costas, baixas, arenosas e desabrigadas, eram a expressão da crônica pobreza em que jaziam as terras interiores, povoadas por bordas selvagens ferozes e vingativas; seu clima áspero e a penúria de ferramentas agrícolas dificultavam, outrossim, o aproveitamento do solo que permanecia, por isso mesmo, quase sempre inculto e improdutivo (13).

Longos anos haveriam ainda de transcorrer antes que se materializassem em realidade palpável as esperanças e os sonhos que sempre encheram de enlêvo o coração de Martim Soares Moreno e dos quais falava, com tanto entusiasmo e segurança, em cartas mandadas para a metrópole, na "Relação do Ceará", êsse escrito que é um verdadeiro hino em louvor da gleba cearense, sem deixar, por isso, de ser igual-

(11) — C. Studart Filho. Nota para a história das fortificações do Ceará — Fortaleza.

(12) — Essa mútua atração entre as duas raças, condicionadas por necessidades meiramente animais, vinha, como dissemos, de muito longe. Já em 1613, quando Martim Soares Moreno tivera de seguir para o Maranhão a fim de combater a influência francesa que, dia a dia, mais se incrementava e fortalecia, os dez ou doze soldados que presidiavam a praça estavam casados com nativas ou mamelucas e tinham prole numerosa.

(13) — Dando com efeito notícia, em missiva ao rei datada de 1621, de como chegara à sede de sua jurisdição administrativa, assim expressa êle a fé que depositava no futuro da Capitania: "de maneira que de abril por diante estará a terra mui abastecida de todos mantimentos de sorte que quaisquer embarcações que aqui aportem faltas dêles as poderei reparar".

mente um documento de maior importância para a história regional nordestina.

As comunicações com as praças de Recife e de São Luís eram, ademais, precárias e difíceis e, por isso, a guarnição aqui destacada vivia em completo isolamento meses a fio.

Em junho de 1626 esteve no Ceará em desobriga o visitador eclesiástico frei Cristóvão de Lisboa.

Caminhando por terra desde o Peria foram, diz-nos o autor da Paranduba maranhense, o visitador e seus acompanhantes, "depois de trabalhosa marcha de 30 dias" através das praias arenosas do meio norte, acometido por um grupo de 90 tapuias de corso. Aos atacantes opuseram os caminheiros tão séria resistência que não só os venceram, como os obrigaram a pedir paz. Distinguiram-se nessa luta armada, esclarece o mesmo autor, frei Cristóvão, frei João, seu companheiro de hábito, e o Pe. Baltazar João Correia, o antigo capelão do Presídio de São Sebastião (14).

A incultura da terra, a rudeza de seus habitantes nativos e o isolamento em que jazia o fortim de São Sebastião, distante mais de cem léguas dos núcleos civilizados de onde lhe vinham os poucos socorros materiais, não constituíam, porém, a causa única da repulsa que todos sentiam pelo Ceará. Havia ainda — e talvez fôsse o fator de maior peso, a influir no ânimo dos povoadores — a mesquinha compensação pecuniária que recebiam por suas penas e trabalhos os que aqui se vinham aposentar. De um tal conjunto de circunstâncias adversas ao colono, resultava também que os que, por qualquer circunstância, se viam compelidos a embarcar rumo às praias cearenses, o fizessem a contragosto e sempre com grandes relutâncias.

E isso sucedia tanto com os soldados que, ordinariamente, eram simples criminosos, como com os capelães encarregados de lhes administrar os sacramentos. A êste pagava o erário real duas praças apenas, remuneração verdadeiramente irrisória para um sacerdote que não podia contar com propinas extraordinárias, nem com a ajuda pecuniária dos míseros e famélicos jurisdicionados.

Completa, pois, naqueles idos, a desorganização do serviço religioso na colônia militar cearense, que não tinha "Clérigo com assistência certa", segundo nos informa a carta de Figueira de 2 de agosto de 1637.

No começo, remediando em parte a tão graves inconvenientes, vinham do Maranhão, em certas épocas do ano, desgarrados frades de Santo Antônio que levantavam os ânimos combalidos dos brancos e reacendiam nos corações rebeldes dos brasis as luzes da fé e o culto das verdades eternas.

Quando os missionários que tinham convento em São Luís abandonaram a vila, os poucos moradores da capitania cearense resvalaram para o obscurantismo.

"Está aquela Capitania do Ceará, sem socorro há dois anos e o Capitão e soldados sem missa por não haver clérigo nem frade que para lá queira ir porque os frades de Santo Antônio são todos idos desta capitania", clamava aflito Jácome Raimundo de Noronha, em carta de 25 de março de 1687, dirigida de São Luís ao rei de Espanha.

De como, então, levavam os cearenses sua miserável e obscura existência material, nada sabemos com segurança; sabemos, porém, das provações sobre-humanas que curtiavam, e do estado de constante insegurança em que se debatia a terra. Dêles nos dá, com efeito, uma idéia bastante clara outro trecho da mesma missiva, em que o autor relata, sumariamente embora, o quadro de sofrimento e privações que presenciara quando da sua passagem pelo Ceará e do qual guardaria lembrança inapagável.

(14) — Berredo, em seus "Anais Históricos", relata o fato pormerizadamente.

"êle (o capitão-mor) e os soldados e moradores que por todos devem ser trinta pessoas brancas pelo grande risco que correm suas vidas assim pelas fomes que padecem".

Afirmativas, porventura mais cruas, já haviam saído da pena de Bento Maciel Parente ao tratar das fortificações existentes no território sob seu governo, na "Relação do Estado do Maranhão", memória escrita em 4 de agosto de 1636.

Por tal forma se agravou a penúria dos moradores e a sua fraqueza como elemento capaz de defender as nossas costas, que houve quem, mais de uma vez, pugnassem pelo abandono puro e simples da terra cearense.

Sem assistência espiritual continuada, gozando, assim, de uma liberdade mental quase sem peias, nem restrições, aquela gente de apoucada cultura e de religiosidade talvez menor ainda, caía com relativa facilidade sob o domínio despótico dos instintos e das paixões mais rudes. Os desregramentos dos costumes, fruto dessa anarquia mental, tornaram-se, por isso mesmo, comuníssimos aqui, e os atentados contra a pureza das nativas se multiplicavam incentivados pela inércia e indiferentismo das autoridades capitaniais, encarregadas de reprimir tais atentados.

Os índios mansos eram, porém, os que mais fundo sentiam as consequências do criminoso abandono em que vegetava a região, não só porque se tornavam as vítimas naturais da concupiscência dos colonos, como também porque perdiam rapidamente a minguada fé e o respeito que deviam às coisas santas.

Amantes, por natureza, das ruidosas manifestações verbalísticas, tanto quanto o eram dos cantares e das danças com que usavam comemorar as suas festividades tribais, viviam como presos aos lábios dos catequistas que os doutrinavam e cujas palavras, de exaltação ou ameaça, tinham para êles um caráter verdadeiramente oracular.

Privados das prédicas, conselhos e práticas cristãs, quebrava-se, portanto, desde logo, o enlêvo que lhes dominava a natureza agreste; esvaíam-se, assim, rapidamente daquelas mentes brancas as idéias religiosas nelas transfundidas pelos padres à custa de tantos sacrifícios.

Bastavam, pode dizer-se sem muito exagero, uns poucos dias de liberdade, para que os nativos esquecessem os ensinamentos recebidos, resvalando para a idolatria.

Nesse meio tempo a invasão holandesa, desintegrando a resistência lusa em Pernambuco e expandindo-se lenta mas inexoravelmente sobre o território brasileiro da costa norte-oriental, agravava mais ainda o problema do reabastecimento do presídio cearense, problema já em si difícil, como se viu, devido à natural precariedade dos meios de transporte e comunicação.

Assim, ficava a mísera guarnição impossibilitada de receber mantimentos e munições durante meses a fio. Martim Soares Moreno, a estranha e forte personalidade que tão intimamente unira seu destino ao da terra que havia conquistado para seu rei, de há muito partira para Pernambuco, onde chegaria ao término da sua carreira militar, já no posto de mestre de Campo, após 44 anos vividos no desempenho de funções militares e administrativas.

A vultosa soma de serviços prestados à pátria, no Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão, iria o herói acrescentar o de bater o invasor batavo em encontros guerreiros que se desdobrariam desde Pernambuco até a Paraíba, através de Mussurepe, São Lourenço, Moribeca e Serinhaém.

Era, por essa época, a aldeia do forte um mísero agregado de casinhas de taipa e de palha, que, plantadas desordenadamente em derredor da minúscula ermida, subiam as encostas das dunas que margeavam à direita do rio Ceará.

Um fortim de construção medíocre mal bastava para ampará-la e defendê-la dos ataques dos índios e das arremetidas vindas dos piratas

e traficantes estrangeiros que incessantemente rondavam as nossas águas.

O ambiente era depressivo, propício ao desleixo e à indisciplina, e tornava os homens desabusados, irrequietos e briguentos. A irritação e o descontentamento reinante entre soldados e moradores, cujo número não ia além de 30, contagiavam os índios puros com que eles coabitavam, não raro, promiscuamente. O indecoroso espetáculo das suas mazelas morais e dos seus sofrimentos físicos anulava outrossim o prestígio do conquistador, ante os olhos das tribos avassaladas (15).

A miúdo aferretados da fome, os índios cearenses, mais irrequietos, não hesitavam em retomar a vida erradia e vagabunda a que estavam afeitos, inquinados agora dos males adquiridos no longo convívio com o alienígena civilizado; outros, menos resolutos, embora também insatisfeitos com os portugueses, deixavam-se iludir pela solerte propaganda dos agentes da poderosa Companhia das Índias Ocidentais que, entre eles, se haviam infiltrado. Tornavam-se, assim, aliados secretos dos holandeses já, então, senhores de largo trecho do nosso praial oceânico.

Alguns chegaram mesmo a despachar emissários do Príncipe Maurício de Nassau, o poderoso e atilado governador do Brasil neerlandês. Levavam a incumbência de movê-lo a ocupar o Ceará, libertando-os, assim, do jugo lusitano que, de tão pesado, se lhes tornara intolerável.

Nassau, tendo, de certo modo, consolidado a conquista dos centros econômicos mais importantes do Nordeste, aquiesceu ao convite dos silvícolas. Após algumas delongas, enviou a expedição de Joris Gartsman e Henderich Hus que facilmente se apossou do Ceará.

Ministro Kempis — Na vigência da dominação batava que, com o ligeiro interregno de 5 anos, pesou sobre a terra, de 1637 a 1654, nada ou quase nada foi feito no campo missionário. Época de grande agitação política e guerreira para os holandeses, tanto quanto os nativos. Foi, igualmente, para estes um período de verdadeira estagnação religiosa e, talvez mesmo, de volta pura e simples de muitos deles às crenças e aos ritos ancestrais.

Das atividades missionárias do Ministro Kempis, pastor protestante que aqui esteve de passagem a fim de assistir o conquistador batavo em suas necessidades espirituais, não conhecemos pormenores.

Fiel ao espírito de proselitismo que sempre animou os partidários da reforma, preocupou-se, sem dúvida, em revelar aos nativos as grandezas das verdades eternas. Todavia o silêncio das crônicas que registram os fastos desse período histórico parece indicar que poucos frutos colheu dos seus labôres visando trazer ao Cristianismo os índios infiéis ou levar os já conversos a abjurar suas crenças católicas, abraçando as idéias heréticas de Calvino.

De nenhum outro pastor neerlandês temos notícia que houvesse estado em terras cearenses durante os doze anos de ocupação, para curar da alma dos seus compatriotas ou transfundir no coração dos ameríndios os benefícios da fé.

Simples caçadores de metal e, assim, preocupados apenas em tirar da terra conquistada proveitos materiais, é pouco provável que os prepostos da Companhia das Índias Ocidentais, enviados ao Ceará, cuidassem em se fazer acompanhar de missionários interessados em ganhar para Deus a alma dos indígenas, revelando-lhes mundos espirituais novos e as alegrias da fé.

Não obstante isso, nem todos os nativos cearenses conseguiram permanecer imunes às influências dos princípios religiosos professados pelos holandeses. Levados pelo invasor, muitos estiveram nos Países

(15) — Para justificar o fato de ser o fortim sempre tão mal socorrido, alegavam as autoridades maranhenses que uma só vez por ano, nas monções de janeiro, podiam as embarcações, partidas de São Luís, alcançar sem perigo as costas cearenses.

Baixos, onde conviveram largamente com os seus aliados nórdicos e, desse modo, abeberavam-se nas mesmas fontes culturais e religiosas.

Convertidos ao calvinismo, alguns tornavam à terra do berço, onde permaneceram definitivamente fiéis ao novo credo e, talvez, se tivessem mesmo entregue ao trabalho de fazer prosélitos entre seus irmãos de sangue. O certo é que não poucos aborígenes cearenses cooperaram, de maneira eficiente e decidida, na resistência oposta aos ardores catequistas dos padres de Sto. Inácio, pelos índios pernambucanos que se haviam refugiado na Ibiapaba, após a capitulação da Taborda.

A expressão mais viva da sua repulsa à Igreja de Roma seria a revolta ocorrida, em 1662, naquelas planuras, contra os Jesuítas, revolta que, se estendendo pelo litoral, pôs, mais uma vez, em perigo o domínio lusitano em chãos do Meio-Norte.

A Igreja Cearense depois de 1654 — Com a restauração do poder lusitano no Nordeste brasileiro, pelo tratado de 1654, foi, mais uma vez, restabelecido o culto católico no Ceará, voltando sua Igreja à mesma situação de dependência em que se encontrava nos primeiros dias de vida. A escolha do sacerdote que devia missionar os índios e exercer o cargo de capelão do presídio, aí novamente criado, competia, pois, ao pároco da Sé de Olinda e vigário Geral de Pernambuco, autoridade eclesiástica a quem estava igualmente sujeita a vigararia do Estado do Maranhão e Grão Pará.

Semelhante norma administrativa seria observada durante 22 anos ininterruptos, de 1654 a 1676, quando, pela bula de 16 de novembro daquele ano, o Papa Inocêncio XI instituiu o bispado de Pernambuco e tornou-o sufragâneo da Arquidiocese da Bahia. Ficava, assim, a diocese nordestina em condições perfeitamente idênticas à do Bispado do Rio de Janeiro. Fôra êste então recentemente erigido e pôsto, sob a dependência religiosa do antístite baiano, cuja prelazia a bula "Inter pastoralis officii curas" já elevara à dignidade de arcebispado metropolitano do Brasil.

A Igreja do Maranhão, por sua vez, desmembrada da cúria brasileira um ano depois (Bula "Super Universas Orbis Ecclesias", de 30 de agosto de 1677), passaria, como bispado, a pertencer à circunscrição religiosa jurisdicionada pelo patriarca de Lisboa. Coube a prelatura da nova diocese a D. Gregório dos Anjos (16), da Congregação de São João Evangelista, que chegou à cidade de São Luís em junho de 1679.

De 1676 em diante, ou seja depois da fundação da prelazia pernambucana, a faculdade de designar os novos capelães para o fortim cearense seria naturalmente transferida ao bispo de Pernambuco e, na falta desse, à competência do cabido da diocese.

Padre Pedro Morais — Aos eclesiásticos que iam residir entre os soldados destacados no Ceará, com o fim de assisti-los, dava-se-lhes, a princípio, o título de capelão do presídio, praxe que, aliás, não começou a vigorar desde os primórdios da restauração pernambucana. Assim, o Padre Pedro Morais, sacerdote que acompanhou as tropas mandadas guarnecer o forte de Schoonenborch, depois da partida dos holandeses, para lá seguiu não como um simples capelão militar, mas provisionado no ofício de vigário de toda a capitania. O cargo que êle primeiro exerceria lhe fôra conferido, como de direito, pelo chefe da Igreja em Pernambuco, mas por indicação e a instâncias do próprio Capitão-General Francisco Barreto.

Preocupado, sem dúvida, com as provações que iria sofrer o pupilo, no desempenho das suas funções, e desejando, sem dúvida, amenizar-lhe a sorte, proporcionando-lhe maiores proventos e garantias, não se con-

(16) — O Padre Pedroso diz, em sua informação de 1682, que só em 1679 se erigiu o novo bispado do Maranhão, enquanto Frei Francisco de N. S. dos Prazeres, em "Poranduba Maranhense", assegura que a diocese foi criada por Inocêncio XI, em 1670, a instâncias del-rei D. Pedro III.

tentou o mestre-de-campo de interferir junto ao bispo para que êle fôsse feito vigário do Ceará. Pediu igualmente a El-rei, em carta de 28 de maio de 1654, que fizesse mercê de mandar passar ao Padre Pedro Moraes provisão definitiva de vigário da praça do Ceará com poderes para o munus espiritual, visto, dizia, ficar aquela capitania muito distante da Bahia e, portanto, praticamente impossibilitada de receber visitas episcopais.

Informava ainda a autoridade postulante, em seu requerimento, que, de antemão, garantira ao padre obter do monarca, em caráter definitivo, a mercê que já vinha oficialmente desfrutando o título precário.

Assim o fizera, alegava o missivista, por ser aquêlê sacerdote pessoa de muitas virtudes e grande prática da língua dos indígenas.

Dera, além disso, provas sobejas de catolicidade, aceitando de pronto um cargo já antes tantas vêzes recusado por outros seculares, sob a alegação dos mais fúteis e variados pretextos.

Para mostrar que o seu apaniguado era uma figura pouco comum entre os eclesiásticos da Igreja pernambucana, que preferiam, em geral, a vida fácil e suave das cidades aos trabalhos missionários em distantes rincões, apontava o governador o caso de certo padre que, tendo sido designado pelos seus superiores para exercer no Ceará as funções de vigário, escondera-se ao ser procurado para embarcar rumo àquela capitania (17).

Ao que sabemos, a petição do Mestre-de-campo seguiu os trâmites legais e foi informada pelo Conselho, mas não teve o parecer do Tribunal da Mesa da Consciência, nem logrou despacho final de El-rei.

As virtudes cristãs que, no dizer de Francisco Barreto, exornavam o Padre Pedro Moraes não impediram todavia que êle cedo fraquejasse, pouco se demorando em terras de sua paróquia. Desanimado, sem dúvida, porque não lhe fôsem confirmados os títulos pela coroa, ou porque lhe não sorrisse, como mais tarde a tantos outros sacerdotes, a fortuna por essas bandas perdidas do Atlântico, decorrido menos de um ano, desaparecia furtivamente do cenário da história regional nordestina. Tornou certamente a Pernambuco, onde o ambiente era bem mais bonançoso e acolhedor.

Frei Manuel da Cruz — Ao Padre Pedro Moraes substituiu, ainda por expressa determinação do Mestre-de-Campo-Geral, Francisco Barreto, frei Manuel da Cruz, religioso da ordem de São Francisco, que obscuramente desempenhou o ministério de capelão-mor da incipiente colônia militar de setembro de 1655 até novembro de 1656.

Viera do Reino por confessor na armada da Companhia de Comércio de que era comandante Pedro Jaques de Magalhães. Chegando a Pernambuco, em dezembro de 1653, participou das últimas operações da guerra contra os holandeses, na dupla qualidade de sacerdote e de militar.

Dêsse modo, assistiu religiosamente os soldados em luta e animou-os com o exemplo na ocasião das batalhas. Achou-se com o Mestre de Campo André Vidal de Negreiros na tomada do reduto da casa-forte de Cinco Pontas, pelejando com a espada na mão, como bom soldado, e permaneceu em armas até a rendição da praça de Recife, partindo depois, como se disse, para o Ceará. (Ver a Carta, de 12 de julho de 1657, em que Frei Manuel da Cruz pede satisfação de seus serviços).

De sua atuação, como catequista, nada se saber ao certo.

Como tantos outros santos varões, "na sua humildade e no completo desprendimento das coisas terrenas", também êle levou para "o túmulo

(17) — Uma tal norma de proceder por parte de um padre, embora pareça pouco edificante aos nossos olhos, devia ser, então, um fato comum e não causaria escândalo. O clero secular e mesmo regular daquela época, exceção feita talvez das suas figuras mais graduadas, vivia no Brasil abismado num comodismo desnaturante e corrosivo.

o segredo das suas mortificações, de seus desfalecimentos ou dos seus triunfos na longa vida de trabalhos dedicada ao exercício do múnus divino". Não deixou prontuário de Memórias (18).

Sabe-se, todavia, que, durante a sua permanência à frente da capelania da fortaleza, recebeu êle a visita do padre Antônio Ribeiro, companheiro de apostolado do padre Pedro Pedroso, na aldeia da Ibiapaba.

Atendendo ao aflitivo apêlo do almoxarife do presídio e de seu capelão, a braços com um grave conflito armado que surgira entre duas castas de gentios domésticos, moradores das cercanias do fortim de Nossa Senhora da Assunção, descera o padre Antônio Ribeiro daqueles páramos a aquietar os ânimos exaltados dos brasilienses. O fato já mereceu largos comentários.

Nos dias crepusculares que seguiram à partida de frei Manuel da Cruz, transitaram pela aldeia do forte a caminho de Pernambuco os padres carmelitas frei Antônio da Assunção, frei Inácio, antigo prior do convento que a ordem mantinha no Maranhão, e frei padre Madalena, êste o mais graduado do grupo, pois havia sido três vêzes provincial de sua comunidade, no Brasil (19).

Vindos na comitiva do padre Antônio Vieira até a Ibiapaba, onde o grande pregador fôra, como já é sabido, visitar a missão de São Francisco Xavier, que êle próprio ali fizera erigir para a conversão dos moradores nativos do agreste platô, estiveram os três piedosos carmelitas no Ceará, no correr de 1660 (20).

Neste mesmo ano de 1660, por ali passou igualmente o padre Pedro

(18) — D. Domingos de Loreto Couto em "Desagravo do Brasil e Glórias de Pernambuco" cita um frei Manuel da Cruz que foi companheiro do padre Custódio Belchior de Santa Catarina, filho da província de Santo Antônio de Portugal, quando êste veio com mais oito religiosos fundar e fazer missões em Pernambuco. Seria êsse sacerdote o mesmo que esteve no Ceará? Não o cremos absolutamente, pois entre 1585, época em que — a requerimento do donatário, Jorge de Albuquerque, e de Felipe Cavalcante e por ordem do rymo. padre Geral fr. Francisco Gonzaga — chegaram ao Brasil êsses primeiros representantes da ordem seráfica, medeiam setenta anos bem contados. Ver C. S. Studart Filho. A missão Jesuítica de Ibiapaba. Rev. do Inst. do Ceará.

(19) — As primeiras casas carmelitas do Maranhão foram fundadas pelos religiosos do Carmo, da vigararia do Estado do Brasil, frei Cosme d'Anunciação e frei André da Natividade que, vindo com Alexandre de Moura por capelães a Armada, receberam de Jerônimo de Albuquerque para êsse fim a pequena ilha do Mêdo e entre esta e o rio Bacanga duas léguas de terra; e finalmente no sítio já destinado para a cidade, terreno para outro convento. Na cidade edificaram, informa-nos ainda o autor da "Poranduba Maranhense", os ditos religiosos o seu primeiro convento e se aplicaram logo à redução dos bárbaros.

(20) — A estada do padre Antônio Vieira entre Tabajaras da serra, com o fito de conciliar os espíritos sempre rebeldes daqueles brasileiros e nêles insuflar o amor das verdades eternas, lograra apenas resultados aleatórios. Os largos entusiasmos despertados naqueles corações agrestes pelo fulgor da palavra do grande missionário e pelas largas distribuições de presentes, cedo arrefeceram, voltando, quase todos, à apatia e ao indiferentismo que lhes eram habituais.

Aleatória havia sido também a transferência para o Maranhão dos gentios pernambucanos que aí habitavam. Antigos aliados dos holandeses, eram, como se sabe, os agentes da discórdia reinante naquelas serranias.

Essa medida, em que os padres missionários depositavam tantas esperanças, também não alcançou, pois, livrá-los dos seus constantes pesadelos.

Considerados até então os maiores empecilhos ao triunfo da palavra evangélica por serem êsses nativos na sua quase totalidade protestantes convictos, êles acompanharam de boa vontade o padre Antônio Vieira quando do seu regresso à ilha de São Luís e aí se fixaram duradouramente.

Pedroso, missionário da Ibiapaba, quando demandava a cidade do Salvador, então capital da Colônia (21).

Depois da partida do padre Vieira, readquiriam, pois, as coisas públicas da aldeia missionada, os primitivos aspectos.

Já então de nada valiam os conselhos e mesmo severas admoestações; alguns principais persistiam vivendo em pública e ostensiva poligamia, como se isso fôsse motivo de orgulho e a mais nobre e legítima de suas prerrogativas de chefes. Sentindo-se impotente para lutar contra hábitos seculares, tão arraigados quanto escandalosos, cuja prática constituía ofensa grave à moral do nascente agregado cristão, tomara o padre Pedro Pedroso aquela resolução de recorrer ao governador Dom Francisco Barreto.

"O Principal Simão a quem o padre Superior tinha dado a medalha não tardou de fazer das suas em dar muitas moléstias em seu amancebamento aos Padres Missionários e chegou a tanto que o padre Pedroso se foi sozinho, com uns dois ou três índios, para Pernambuco, caminhando sempre a pé com incrível cansaço e trabalho, como êle raras vezes contava", diz o padre F. Betendorf na sua crônica (Livro III, cap. 11).

Em 1662 estava o padre Pedroso novamente na serra, em meio dos seus queridos neófitos.

Graves acontecimentos de caráter social, já muitas vezes rememorados pelos nossos historiadores, entenebreciam o ambiente da missão de São Francisco Xavier, e o padre rumava a Bahia em busca de remédio para os males que ameaçavam derrogar a obra catequista ali empreendida, à custa de tantos sacrifícios, pelos filhos de Santo Inácio.

A *Ação Jesuítica* — Entrementes iam crescendo consideravelmente, nas vizinhanças do fortim de Nossa Senhora d'Assunção, o número de indígenas avassalados. Grupos humanos deslocados das zonas sertanejas alcançam as praias e tabuleiros litorâneos que elegiam por morada definitiva. Tribos da aba costeira, reduzidas à obediência pela força das armas lusitanas, perdiam seus hábitos erradios e achegavam-se aos brancos.

Agregados em povoados estáveis que se derramam pelas margens dos rios próximos, vivem numerosos indígenas de raça tupi, velhos aliados dos portugueses.

Aumentada, assim, a densidade demográfica da Colônia, tornava-se insuficiente o capelão do presídio para ministrar o ensinamento das verdades eternas a todos os brasis domésticos. Havia, demais, uma imensa obra social e religiosa a realizar, pois lá fora, ao abandono na solidão das brenhas, vagueavam criaturas que era urgente amparar, incorporando também à comunidade cristã.

Tais fatos e, mais ainda, o estado de penúria material e desamparo religioso em que jaziam os índios domésticos, muito dos quais antigos conversos dos próprios jesuítas, não haviam escapado ao espírito atilado e observador do padre Pedroso, quando da sua passagem pelo Ceará.

Comovido e desalentado, apressou-se, sem dúvida, o missionário itinerante, uma vez na capital da Colônia, em pôr o Governador a par de tudo que vira e soubera a respeito da vida dos gentios cearenses.

Desejando ajudá-los em bem do progresso moral e desenvolviment material da terra, resolveu aquela autoridade, à instância talvez do próprio missionário, confiar o doutrinamento dos nativos ao zelo apostólico dos inacianos.

Afeitos de há muito à obra catequista, êles saberiam melhor do que quaisquer outros religiosos atraí-los e, com mais suavidade do

(21) — Renovando visita aos índios do Ceará de tal modo lhes grangeou a simpatia e mesmo a afeição que sua volta à Ibiapaba seria, mais tarde, motivo para agras queixas por parte dêles aos superiores da Ordem Inaciana, como veremos mais adiante.

que os colonos, fazê-los adquirir o hábito do trabalho disciplinado e produtivo.

Para cumprir os beneméritos propósitos do governador, partiram, assim, para o Ceará, entre 1661 e 1662, os padres Jacó Cócleo e Pero Francisco Cassali. Iam ambos pregar a doutrina cristã nas aldeias sediadas junto ao forte e prosseguir na conquista espiritual dos infiéis de tôdas as parentelas, obra já iniciada com tanto proveito pelo padre Antônio Ribeiro, quando de sua estada eventual na aldeia do Forte.

O regimento que deviam seguir os dois missionários, passado pelo próprio governador Francisco Barreto, tem a data de 17 de abril de 1662.

Da Bahia até a fortaleza de Nossa Senhora d'Assunção foram ambos companheiros de viagem do padre Pedro Pedroso que, por essa época, regressava à sua missão serrana.

Dando conta destes acontecimentos, escrevia o mesmo padre Pedroso, em sua informação de 23 de agosto de 1682, ao padre Pedro Luis, superior das missões do Maranhão, o seguinte: "a mesma viagem (refere-se êle à viagem do padre Antônio Ribeiro, empreendida, como vimos, em 1656), fiz em 4 anos depois". "Passando da serra do Ceará e daí a Pernambuco e à Bahia, por ocasião dos motins do Maranhão (22), donde também voltei em barco, trazendo em minha companhia os padres Jacó Cócleo e Pero Francisco para residirem na missão do Ceará, em que fizeram muitos serviços a Deus".

Quando aqui chegaram os jesuítas, o momento era de excepcional gravidade. Explodira na serra da Ibiapaba a revolta capitaneada pelo maiorial Simão Taguaibuna, revolta de grande amplitude que, como se sabe, abalou a vida da pequena comunidade luso-brasileira e envolveu direta ou indiretamente os índios tupis que habitavam o litoral, desde a região de Camucim até as cercanias da povoação do Forte.

Introduzindo-se, assim, mais uma vez, no sempre conturbado ambiente social das aldeias avassaladas, o fermento da indisciplina e o ódio aos portugueses, entenderam os missionários recém-vindos que melhor conviria aos trabalhos de catequese e ao bem estar material dos seus pupilos que todos êles fôssem reunidos em uma única povoação onde melhor pudessem ser vigiados e instruídos nas coisas da religião.

Naquela época viviam os nativos mansos, como dissemos, em pequenos aldeamentos plantados nas margens do rio Ceará e que eram conhecidos apenas pelos nomes dos seus principais.

Na opinião dos Padres Missionários, o novo agregado social devia erigir-se no sítio então chamado *Moruga*, distante quatro léguas da Fortaleza, para o sertão, ou no lugar conhecido pelo nome de *Paramoti*, próximo à costa atlântica ao nascente da sede da capitania.

Localizados em qualquer dos pontos indicados, argumentavam os recém-vindos em suas missivas ao Capitão General de Pernambuco, não padeceriam os seus protegidos da penúria em que viviam permanentemente. Estando, ademais, todos juntos, mais fácil e mais rapidamente seria possível mobilizá-los para a guerra, quando o exigissem a defesa da colônia.

Tais providências de incontestável alcance prático, pois visavam garantir a um só tempo o bem-estar dos nativos e a segurança dos brancos, foram, logo depois, sugeridas ao governador pelos próprios jesuítas.

Não tinham, todavia, os padres em mira apenas aquêles objetivos

(22) — Em 1661 fôra o Maranhão novamente abalado por mais um motim dirigido contra os filhos de Santo Inácio.

Destituídos violentamente do govêrno das aldeias, que passou a ser exercido pelos amaristas, foram os padres custodiados pelos conjurados, e o padre Vieira, então superior das missões, prêso e deposto para Lisboa, sob a grave e aleivosa acusação de infidelidade ao rei.

materiais. Haviam-nos inspirado igualmente o desejo de melhor assegurar a salvação eterna dos indígenas confiados aos seus cuidados.

No fundo de tudo isso havia ainda o anseio, muito natural nos jesuítas, de afastar os conversos do convívio dos brancos e trazê-los sempre sob as vistas.

O longo tirocínio de mais de um século consagrado à catequese ensinara aos filhos de Santo Inácio quão nocivo à obra da conversão do gentio era o contato demasiado estreito destes com os colonos eivados, não raro, de taras numerosas.

Favoravelmente informado pelo Capitão-mor do Ceará Diogo Coelho de Albuquerque e por êle secundado, o pedido das providências que os pardes julgavam necessárias para derimir a situação foi às mãos do Governador Geral, que prontamente o deferiu.

Depois de aceder a tão justas pretensões, aquela autoridade tergiversou e, em carta de 16 de março de 1663, determinava que se procrastinasse, por algum tempo, a transferência dos índios. É que os tapuias estavam inquietando constantemente os brancos e seus aliados tupis, e o governador receava certamente que, afastando a êstes das vizinhanças do fortim, cujos canhões lhes serviam de proteção eficiente, fôsse expô-los aos aniquiladores assaltos daqueles bárbaros.

A mudança, várias vêzes adiada, realizou-se por fim. Em 1665 já estavam todos os gentios domésticos da Capitania fixados no novo povoado de Parangaba ou, melhor, de Bom Jesus da Aldeia de Parangaba (23).

Nas mãos do padre Pedro Francisco Cassali, a 2 de fevereiro de 1665, aí fêz o padre Cócleo a sua profissão solene. Guarda-se ainda a fôlha dos votos datada de Parangaba, primeira menção explícita desta aldeia em documentos jesuíticos; os índios eram mais de 2000 (padre Serafim Leite).

Além da assistência religiosa aos catecúmenos, deviam difundir a fé aos infiéis, assim tupis como tapuias, e doutrinar o presídio, privado do seu capelão pela recente ordem do Governador Geral.

"... e porque estando os ditos religiosos missionários tão vizinhos à dita fortaleza do Ceará se escusa nela capelão particular pelo zelo com que geralmente administram os sacramentos a todos, e ser justo assisti-lhe a fazenda real com alguma ordinaria hey por serviço de sua Megde. que o Cappam, mór daquela fortaleza e praça lhe de daqui em diante por esmola aquillo que costumava venser e gozar o Capellão que nelle havia o qual embarcará na primeira ocasião para Pernambuco" (24), determinava Francisco Barreto de Menezes, na provisão de 17 de abril de 1662.

(23) — Os receios e escrúpulos do Governador Geral, no tocante ao afastamento dos indígenas domésticos das cercanias da aldeia do forte, eram perfeitamente justificados. A crônica registra, com efeito, numerosos atos de hostilidade praticados, contra os moradores do novo povoado, pelos Paiacus, tapuias que dominavam a região compreendida entre o rio Açu, Serra do Apodi e baixo Jaguaribe, e eram inimigos declarados dos portugueses e, portanto, também dos seus aliados.

No próprio ano em que se efetuou a ereção da aldeia de Parangaba, êles mataram, informa Pedro Carrilho, sete índios que vinham do Açu em demanda à sua nova aldeia e, algum tem depois, igual sorte deram a uns mensageiros que o padre Pedro Francisco mandara à vizinha capitania do Rio Grande do Norte. Ver: Carlos Studart Filho — "Notas históricas dos indígenas cearenses".

(24) — Quem era o capelão que, até aquela época, servia no fortim não logramos apurar.

Coube ao padre Cócleo juntar às suas funções de missionário as de capelão da fortaleza (25).

A medida, muito embora revogada tempos depois, iria resultar grandemente prejudicial à obra missionária que os inacianos empreendiam no Ceará.

A tendência dêsses milicianos de Cristo sempre foi atuar inflexivelmente e sem transigência em defesa da fé da Igreja Católica Romana. Menos complacentes, por isso mesmo, para com as faltas dos colonos e desmandos da soldadesca do que os padres seculares — não raro contagiados pela influência do ambiente colonial —, é de presumir-se que os jesuítas, uma vez investidos oficialmente de autoridade moral sobre todos os homens da colônia, passassem a increpar-lhes severamente os êrros, sem curar de qual fôsse a posição hierárquica dos faltosos na comunidade local.

O excessivo rigor dos padres gerou, naturalmente, novos descontentamentos que, somados aos muitos decorrentes da atitude assumida pelos padres em relação aos negócios dos índios de que eram defensores natos, abriram, entre eles e os colonos, incompatibilidades cada vez mais fundas.

As autoridades capitaniais, de ordinário relapsas e que favoreciam, em seu próprio benefício, os atentados contra os direitos dos nativos, passaram, por isso, desde logo a criar aos missionários empecilhos de toda ordem, que muito iriam concorrer para lhes amargar a existência já de si tão difícil.

Sem que sejam precisos outros elementos confirmadores, um exemplo basta para evidenciar a surda animosidade dos dirigentes reinóis contra os jesuítas e o empenho que punham em lhes anular o prestígio mesmo aos olhos dos neófitos que tão zelosamente eles haviam trazido ao grêmio da Igreja.

Embora de somenos, é prova decisiva do que acabamos de afirmar o que, por isso, merece ser aqui rememorado pormenorizadamente. Refiro-me ao incidente ocorrido em 1666 e do qual foi co-partícipe e vítima o próprio Pero Francisco.

As peregrinações apostólicas dêsse sacerdote, pelas extremas setentrionais da Capitania (26), haviam-no pôsto em contacto direto com os Anassés, tapuias em cujo meio fizera, ao que presumimos, largo trabalho de doutrinação evangélica e granjeara amizades duradouras.

Com êsses indígenas praiheiros, amigos do padre, malquistara-se, porém, por motivos desconhecidos, o capitão-mor João de Melo Gusmão, que assentou exterminá-los de vez das terras sob sua jurisdição administrativa. Nêsse propósito e sob o pretexto de mandar gente à Jeriquaquara e à serra da Ibiapaba "a negócio de suma importância", ordenou ao ajudante Felipe Coelho de Moraes que, de passagem por Camucim, caísse sobre eles "passando a ferro e a fogo tudo que as armas podesse tomar" (Reg. 12 de dez. de 1666).

Sabedor dos secretos propósitos do Capitão-mor, sentiu-se o padre Pero Francisco obrigado a opor-se por todos os meios à execução de uma ordem tão contrária ao espírito da obra missionária de que se encarregara.

Intervindo ativamente no caso, intentou mesmo despachar aos

(25) — A informação transmitida pelo pe. Serafim Leite a respeito da época em que o padre Cócleo fez seus votos solenes, não obstante ser verdadeira, porquanto êle as colheu em códices do Archivum S. I. Romanorum, parece-nos um tanto estranha. O padre Cócleo que, só no ano de 1665, teria feito sua profissão, fôra elevado às funções de capelão do Presídio entre 1662 e 1663.

(26) — De Parangaba iam os jesuítas a Camocim e a Ibiapaba, feitas as pazes com os Tabajaras, até se quebrarem de novo, o que não demorou muito, conforme observa o padre Serafim Leite.

anassés alguns índios de Parangaba com avisos dos perigos que corriam.

Não logrou, porém, levar avante tão beneméritos desígnios. O capitão-mor, informado de suas intenções, determinou, por sua vez, que o ajudante Coelho de Moraes partisse sem delongas para Parangaba e, de sua parte, notificasse aos Principais, Tenentes, Sargentos-mores, Capitães, aos oficiais, cabeças de ranchos, a todos os moradores, enfim, que não fôsem, nem permitissem que pessoa alguma saísse da aldeia a serviço do padre, sob pena de ser considerado traidor e, como tal, punido severamente.

A ordem do capitão-mor, intempestiva e violenta, visava a um duplo objetivo: garantir o êxito da sanguinária expedição e anular em grande parte o prestígio que o padre fruíra entre os seus catecúmenos.

No ano seguinte, 1667, cansado, sem dúvida, de lutar improficuamente contra as forças do mal, deixou o padre Pero Francisco o Ceará e, em companhia do visitador Manuel Juzarte, passou ao Maranhão.

Substituiu-o, à frente da Missão de Parangaba, o padre Luis Machado, também jesuíta, "homem de grande zelo e esperanças que só durou três anos", diz-nos Serafim Leite. O padre Luís Machado, segundo o mesmo historiador, emitiu igualmente em Parangaba, no dia 2 de fevereiro de 1668, a profissão solene e faleceu a 3 de outubro de 1670. Foi sepultado na aldeia de Fortaleza.

Nesse meio tempo, prosseguiram os luso-brasileiros a obra ingente da colonização do Ceará.

A despeito da lamentável penúria em que a terra continuava a debater-se e ser, naquelas paragens, a vida para imigrante branco o maior dos sacrifícios, avolumava-se a população adventícia e a mestiçagem proliferava largamente em derredor do forte de Nossa Senhora d'Assunção.

Em 1669 era, por Pedro Lelou, avaliado em 200 o número de moradores radicados no Ceará. Pela caatinga, ainda cheia de segredos, alastrava-se o gado oriundo das vizinhas regiões levantinas e também das poucas reses que consigo trouxera Martim Soares Moreno para iniciar a pecuária nesse canto do Brasil.

Currais e fazendas, abrolhadas ao longo dos cursos d'água mais volumosos, cedo pontilhariam de núcleos de condensação humana a nossa hinterlândia.

Crescendo o número de habitantes da aldeia do Forte, instalou-se paróquia no Ceará, ficando o capelão do presídio por vice-vigário da mesma (27).

A nova freguezia, não obstante o silêncio dos documentos a respeito dos seus limites, devia naturalmente englobar todo o território conhecido do atual Estado Nordeste e tinha por igreja matriz a capela de Fortaleza.

Instituíram a êsse tempo, os moradores, colonos e soldados, três irmandades: a de Nossa Senhora, como Padroeira, a de Santo Antônio e a das Almas, fato que parece denunciar o início de gerais preocupações de caráter religioso, entre as gentes da terra.

O aumento dos encargos trouxe igualmente maiores vantagens pecuniárias ao vigário, que passou a vencer, da Fazenda Real, cinquenta mil réis, além das duas praças que lhe eram adjudicadas como capelão do Presídio.

Deu-se-lhe, ainda, a quantia de 23\$920 para os paramentos da sacristia.

Os embaraços sem conta opostos à ação dos jesuítas não impediam, também, que os trabalhos da catequese prosseguissem mercê da admirável dedicação apostólica do padre Cócleo e do seu espírito pugnaz.

(27) — Não conseguimos, malgrado reiteradas pesquisas, precisar a data em que se deu a criação da primeira Freguezia do Ceará. Certos documentos parecem indicar que o fato ocorreu pelas alturas de 1671.

Quanto mais perseguido, mais se aferrava nêle o desejo do triunfar no campo missionário.

Nenhum outro jesuíta, dos que exerciam atividades no Ceará, apresentaria maior continuidade de ação e de esforços em prol da conversão da nossa gentildade.

Aqui, como por tôda parte do Brasil, a luta travada entre colonos e jesuítas resultou saírem vencidos êstes.

Aborrecido e revoltado com as picuinhas e humilhações de que se valiam as autoridades maiores da capitania e seus apaniguados para angustia-lo — humilhações que culminaram na iníqua prisão que lhe foi imposta pelo capitão-mor —, também o padre Cócleo acabou por fraquejar. Cedendo ao chamamento dos superiores da Ordem, recolheu-se a Pernambuco com seu companheiro, o irmão Manuel Carneiro (28), desamparando, dêsse modo, a obra benemérita que iniciara anos antes com tanto ardor e entusiasmo.

Segundo o padre Serafim Leite, o padre Cócleo já se encontrava em Pernambuco em 30 de maio de 1671. Desde sua chegada até 1668, diz-nos o mesmo autor, tinham se batizado 612 índios, entre os quais alguns adultos.

Narra o padre Manuel Pinheiro, seu irmão de hábito, em memória intitulada "Notizie della fatiche sofferte d'ai N. N. P. P. nel prendere il possesso delle popolazioni del Siará", que, estando o padre Cócleo prêso na fortaleza de Nossa Senhora d'Assunção, sobreveio terrível tempestade que deitou por terra a porta do cárcere, permitindo-lhe a fuga.

"Messo dunque il padre nella fortezza, ne sopravvenne una si horrida tempestá de proggie e venti che strappo e face pezzi la grande porta della fortezza e lasciando la Siará partisense per l'Apodi, dove stava in una alta Missione il Pe. Felipe Bourel, la quale missione aparentenava alla capitania del Rio Grande, dove questo Padre cio e Cocleo fini de vivere consogni troppo evidente de sua predestinazione".

O milagroso acontecimento não é, todavia, confirmado em escritos que versam assuntos atinentes à ação dos jesuítas no Ceará.

O Bispo Frei Francisco de Lima, por exemplo, referindo-se à partida dos missionários jesuítas do Ceará, informa que o padre Cócleo abandonou o pôsto forçado pelos maus tratos que recebia do Capitão-mor e dos soldados aí destacados.

O padre Bettendorf, insuspeito por ser também jesuíta, em sua crônica (Livro VII, cap. 3), diz simplesmente que os missionários deixaram o Ceará, por ordem do Provincial, no que, aliás, é igualmente seguido pelo padre Serafim Leite e outros.

Sendo a obra do padre Pinheiro um trabalho que pode evidentemente ser considerado como apologético, é natural que nela apareçam êsses exageros perdoáveis.

No tópico transcrito acima, ressalta, todavia, um engano que corre mundo com foros de verdade e que, por isso, merece corrigenda. Refiro-me à afirmativa de que, deixando o Ceará, Cócleo partiu para o Apodi a reunir-se ao padre Felipe Bourel que ali missionava.

A informação, embora aceita por um mestre da história do Ceará, da envergadura do Barão de Studart, não nos parece certa, pois só em 29 de outubro de 1699, dezenove anos, portanto, mais tarde, devia o padre Bourel chegar ao Rio Grande do Norte para doutrinar os silvícolas Paiacus, pacificados por Moraes Navarro (29).

(28) — Luis Machado, segundo o padre Serafim Leite, que diz "... em 1669 chegaram ordens do Brasil aos padres Cócleo e Luis Machado já então seu companheiro em Parangaba que se abstivessem de tratar com os índios da Ibiapaba em guerra com as tribos vizinhas e se dispusessem a voltar para Pernambuco".

(29) — Ajustam-se e conformam-se perfeitamente à nossa afirmativa os tópicos dos três documentos seguintes:

Depois da partida dos Jesuitas, foram as missões cearenses entregues aos cuidados dos padres da Congregação de São Felipe Nery, chamados amaristas, que, no Ceará, foram os únicos a rivalizar com os Jesuitas em seus zelos e trabalhos pelas missões indígenas.

Pe. Francisco Ferreira de Lemos — Pelas alturas de 1671, era vigário do Ceará e capelão do presídio o Pe. Francisco Ferreira de Lemos.

E', nessa qualidade, que êle julgou justa a guerra requerida, em 10 de agosto de 1671, ao Capitão-mor Jorge Correia da Silva, contra os tapuias Paiaçus, pelos principais da aldeia de Parangaba e pelos chefes dos índios Jaguaribaras (30).

Da mencionada época em diante e por muitos anos ainda, continuaria a Igreja cearense servida por vice-vigários encomendados, sem que os bispos, nem o cabido, diligenciassem por obter do monarca português a expedição do decreto que alçaria o vice-vigário cearense à dignidade de vigário colado.

Os clérigos, aliás os mais interessados no assunto, muito de indústria não requeriam o favor régio de serem confirmados no pòsto, porque desejavam permanecer livres dos compromissos e das obrigações que lhes acarretaria a mercê. Não lhes sorria, de certo, a perspectiva de permanecer à frente de uma freguesia, onde penariam inglòriamente desde a posse até a morte.

Sendo simples vigário encomendado, poderiam deixar a paróquia e regressar a Pernambuco ou mesmo partir para a metrópole, quando demasiado lhe parecesse pesar sòbre os ombros os graves encargos do seu sublime ministério.

Pe. Frei Francisco de Sá — Nos govêrnos de Jorge Corrêa da Silva e João Tavares de Almeida (1673) dedicava-se, no Ceará, aos deveres de pastor de almas, o pe. fr. Francisco de Sá.

Tendo os missionários feito presente àquele capitão-mor "o quanto convinha ao serviço de Deus e de S. M. irem em missão às terras da Ibiapaba a trabalharem ao bem das almas da nação dos tabajaras os quais estavam há anos faltos de sacramentos", anuiu aquela autoridade a que se empreendesse uma jornada à serra para pacificar os nati-

Carta que o padre Joan Guinzel da Companhia de Jesus, missionário nas aldeias assentadas de novo na Capitania do Rio Grande, escreve ao sr. Joam de Lencastro, 29 de outubro de 1699, diz:

"Aos 12 de outubro cheguey deste Arrayal do Assú com meu Padre companheiro ambos a salvamento; sabem depois de passados notáveis trabalhos, e perigos assim por terra como por mar.

Fomos recebidos do Mestre de Campo comaquelle, que só podiamos meresser com otítulo desermos Capellaens e humildes devotos de V. S."

A missiva de D. João de Lencastro a El-rei, 7 de janeiro de 1700: "Senhor resa por carta de 21 de julho do ano passado dey conta a V. Mag. de que o Me. do Campo do Terço dos Paulistas havia reduzido algumas nações do gentio Barbaro do Rio Grande a viver de bayxo da protecção das Armas de V. Mage., e me pedia lhe remetteste logo missionários da Companhia, o que fis com a brevidade possível, tanto que o Provincial della nomeou para aquella Missam os Padres Joan Guinzel, e Phelipe Bourel alemaens de nação, e sugeitos de conhecida virtude e etras".

Ainda mais. Eis o tópico da Còrte de Moraes Navarro a el-Rei, 6 de maio de 1700: "... o grande rancor que me tem sem mais cauza que haver mandado pedir missionarios a Bahia, religiosos da Companhia, e não fizera delle caso para lhos pedir: o que deixei de fazer porque me não mandasse alguns dos ignorantes clérigos dos muitos que tem ordenado a titulo de missão: pois pera a cultura de hua tão nova seara, como esta, se nececita de sogeitos não só sabios, mas virtuosos que mais ensinem com a justificada vida das suas boas obras, que com as palavras com que o intentem fazer, e para que pudesse alcançar huns semelhantes sogeitos, os pedi a Companhia".

vos, reatando, assim, de certo modo, o serviço de catequese interrompido onze anos antes, na ocasião da revolta de Simão Taguaibuna.

Infatigável em sua dedicação à causa da difusão da fé católica, incumbiu-se frei Francisco dessa missão de concórdia, partindo sem delongas.

Para ampará-lo e defendê-lo contra possíveis hostilidades dos infiéis, acompanhava-o o cabo Manuel Pereira da Silva à frente de 30 soldados e 150 gentios domésticos. (31).

Derivando pelas agrestes planuras em busca de índios para aproximá-los de Deus, celebrou pazes e firmou tratados de aliança com várias tribos erradias da Chapada e conseguiu que nada menos de três centenas de silvícolas se deixassem batizar, ingressando, por êsse modo, na sociedade cristã.

Foi a primeira bandeira religiosa que se realizou em terras cearenses, após o glorioso tentame levado a efeito pelos pes. Figueira e Francisco Pinto, muitas décadas antes.

Continuava, porém, o Ceará vivendo dias tempestuosos sob o signo da indisciplina e da miséria. Cenário de pugnas cruentas entre brancos e nativos, nele sobrelevavam, porém, as ambições desmedidas dos capitães mores e a ferócia da soldadesca.

Amargurados pelas excessivas canseiras e privações, mesquinhamente pagos, e sofrendo, além disso, ataques repetidos e iníquos dos colonos e mesmo dos próprios órgãos da administração local, pouco tempo permaneciam os novos vigários à frente da paróquia que dirigiam.

Todos acabavam por abandonar as suas funções eclesiásticas depois de um ou dois anos de exercício.

Fôra preciso, com efeito, ter algo de santo ou de herói, qualidades então raras entre os ministros de Deus aqui radicados, para se conservar mais tempo como pastor de almas entre os rudes conquistadores da gleba cearense, homens batidos de todos os golpes do destino e joguêtes de paixões subalternas que era necessário disciplinar e corrigir.

Pe. Amaro Fernandes de Abreu — O próprio padre Amaro Fernandes de Abreu, que, segundo o Barão de Studart, foi o primeiro vigário da igreja matriz de Nossa Senhora d'Assunção da aldeia de Fortaleza do Ceará e que aí doutrinou, pelas alturas de 1683 (32), não teve atitude mais digna.

Esquecendo as necessidades espirituais dos moradores, os altos interesses da Igreja e os próprios deveres, desertou ao pôsto e, sem fazer renúncia, nem pedir licença, retirou-se para o reino (33).

(31) — Carta patente de nomeação de Manuel Pereira da Silva para ajudante de número no têrço do mestre de Campo Zenóbio Acioli, datada de 26 de janeiro de 1683, se lê com efeito, que, "No ano de 1673, êle tornara a mesma Capitania por cabo de soldados que iam de guarnição a ela, e ser ali provido no pôsto de Tenente da Fortaleza, com o qual foi mandado em companhia do missionário frei Francisco de Sá às serras de Ibiapaba levando à sua ordem trinta soldados, e cento e cinquenta índios, cortando muitos sertões em distância de cem léguas por entre várias nações de gentio, com quem ajustou amizade e fêz que se batizassem trezentas e duas almas, recolhendo-se sem perda a pessoa alguma".

(32) — Da mesma data de fevereiro de 1683 há um alvará do Príncipe regente concedendo o mantimento da lei ao pe. Amaro Fernando de Abreu provido pela mesa da Consciência e Ordem na igreja de Nossa Senhora d'Assunção da povoação de Fortaleza do Ceará.

(33) — Em alegações de serviço, diz Sebastião Sá que, provido no pôsto de capitão-mor por carta patente de 7 de maio de 1678, — deu "tôda ajuda e favor aos padres missionários da Ricoleta de Pernambuco para melhor exercerem o grande serviço que suas missões fazem a Deus naquelas partes".

Malgrado tôdas essas dificuldades, os amaristas durante muito tempo continuaram prestando grandes serviços à cristandade, na conversão e assistência aos nativos.

Qual era exatamente a situação moral em que se encontravam os indígenas domésticos da Capitania, não sabemos exatamente. Como por tôda parte, continuava, porém, vigorando no Ceará o inveterado hábito de tirarem os colonos índias às aldeias, para fazer delas amásias e servidoras, sem qualquer respeito pelos direitos dos maridos nem dos pais. Tantos eram os abusos praticados pelos colonos que o pe. João Duarte do Sacramento, preposto da Cong. do Oratório e Prefeito Apostólico das missões, representou ao rei pedindo fôsse advertido o capitão-mor do Ceará, para que os soldados do presídio não levassem as índias para suas casas a pretexto de fiação de rêdes, praxe muito em voga mas nociva, pois dava ensejo a escândalos e atentados contra a moral. Solicitou, outrossim, que, em sendo necessário o trabalho das índias para tal fim, fôsse o serviço feito sob vistas dos missionários.

Atendeu-o o Príncipe e, em carta de 24 de abril de 1683 a D. João de Sousa, governador de Pernambuco, determinou que ordenasse ao capitão-mor as providências solicitadas.

Em 1684, passaram pelo Ceará os Jesuitas expulsos do Maranhão pela revolta de Beckman. Eram êles os padres Pedro Pedroso, Diogo da Costa, Antônio Gonçalves, João Felipe Bettendorf, os irmãos coadjutores Marcos Vieira, Domingos da Costa, Antônio Ribeiro e os irmãos estudantes Francisco Soares, Pedroso e Marcelino, que chegaram em companhia do visitador Barnabé Soares; e os padres Estêvão Gandolphin, Gonçalo de Veras, Manuel Nunes, Aluizio Conrado Pheil e os irmãos estudantes Manuel da Costa, Agostinho da Cunha, Manuel Antunes e Antônio Gomes, vindos com o padre superior Jadoco Peres.

O padre Mestre Estêvão Gondolphin, os padres Gonçalo Veras e Manuel Nunes e o irmão Antônio Ribeiro demoraram-se alguns dias na aldeia do forte. Não sabemos, porém, o que realizaram no campo da fé.

Por essa época seria vigário da Fortaleza, no dizer de Bettendorf, um dr. Soares, clérigo que tinha sido, acrescenta o cronista, letrado de D. Gregório dos Anjos, primeiro bispo do Maranhão.

Na informação prestada pelo padre Bettendorf há um equívoco evidente.

O vigário do Ceará era, então, o padre doutor Amaro Fernandes de Abreu. Em data de 18 de agosto de 1684 passava êle, com efeito, com sua assinatura, reconhecida, aliás, pelo tabelião de Olinda, Antônio Soares, um atestado em favor de Domingos Ferreira Pessoa, nos seguintes têrmos: "Certifico, eu Doutor Amaro Frz de Abreu, vigário da Igreja de Nossa Senhora da Assunção da Capitania do Ceará por sua majestade que Deus guarde e da vara nela pelo illmo Cabido de Pernambuco, que conheci, pratiquei e conversei na guarnição da força da dita Capitania a Domingos Ferreira Pessoa, desde o ano de setenta e nove até o presente de 84 muito obediente às cousas que lhe eram por seus maiores etc".

Abisma-se, porém, no Ceará a obra missionária.

Os padres Da Recoleta de Santo Antônio, de Pernambuco, cujos trabalhos de evangelização tanto haviam sido incentivados e favorecidos pelo capitão mor Sebastião Sá, durante seu govêrno, tinham em grande número deixado a Capitania.

Por tôda parte, arrefecidos os zelos catequistas, viviam os clérigos, assim seculares como regulares, acastelados num comodismo desnaturante e corrosivo (34). Dia a dia se tornava, por isso mesmo, mais reclamada a presença de sacerdotes pregadores para velar pelo bem

(34) — É o governador de Pernambuco, da época, quem nos pinta o desconcertante quadro que põe a nu o desinterêsse da maioria dos sacerdotes pela conversão do gentio e pela instrução dos católicos. Vem a ponto lembrar, todavia, que êsse es-

espiritual da população já radicada e atrair e prender pela palavra cristã os índios sertanejos.

O capitão general do Brasil pressente o perigo que a ruína das missões cearenses traria aos negócios do seu governo, e deseja remediá-lo.

Com tal propósito apela primeiramente para capuchos franceses, aliás recomendados pelo monarca, em carta régia de 25 de março de 1688, para a gloriosa missão de semeadores da fé entre nativos brasileiros. Amargurado, verifica, porém, que, à maneira dos congregados das outras ordens religiosas, também eles fugiam às fadigas e aos perigos das jornadas sertanejas em busca de neófitos, preferindo permanecer entre gentios domésticos, na segurança e relativo conforto das aldeias já avassaladas.

Eliminados os padres franceses das suas cogitações, não resta ao governador para levar por diante a larga tarefa redentorista, que tinha em mira, senão a comunidade inaciana em cujo seio vivia, sempre renovada, a tradição de disciplina moral e o interesse em realizar grandes ações ao campo da fé.

Não obstante acusados os seus membros dos mais variados delitos pelas autoridades capitaniais, denegridos em sua reputação pelos colonos e por todos compatida, o prestígio da Companhia de Jesus mantinha-se inabalável e a contar, os seus membros, nas esferas governamentais mais elevadas, com admiradores e partidários decididos.

Assim, deles se lembrou naturalmente o Governador Geral para encarregar da nova ofensiva cristã contra a impiedade.

Nesse sentido manifestou-se mesmo ao rei em carta de 20 de julho de 1690, dizendo ser "mui conveniente que as aldeias dos índios da capitania fôsem administradas pelos mesmos missionários da Companhia, porque mostrava a experiência que os religiosos da Companhia que tinham tal privilégio viviam com muito socego e os índios os mais bem doutrinados".

A carta escrita por êle da Bahia a Roque Monteiro Paim é também um hino em louvor dos filhos de S. Inácio. Pondo em relêvo a atuação dos mesmos em sua luta pela salvação e segurança das almas, o missivista assinala, servindo-se de termos verdadeiramente crus, o egoísmo do clero secular e o desinteresse dos outras ordens religiosas pelo serviço da catequese.

Concordando com a proposta do governador, o conselho Ultramarino opinava, em Resolução de 8 de janeiro de 1691, que S. M. man-

tado de espírito não constituia, porém, defeito peculiar ao clero nordestino.

Nos recantos mais distantes da imensa terra de Santa Cruz reinava, entre eclesiásticos, grande relaxamento de costumes e, de certo modo, geral era também a carência de espírito de sacrifício. Sendo quase todos de baixo nível cultural e mesmo religioso, campeava entre eles a indisciplina. Sofreados a custo na Península, de onde vinham tangidos pela sede de pecúnia, os seus maus instintos aqui se expandiam livremente e chegavam, não raros, às últimas consequências.

O Brasil tornara-se, assim, o ocase em que muitas ordens religiosas agonizavam num crepúsculo sem reverberos. Nesses tempos de utilitarismo, como hoje, a cobiça, sobretudo, tornara-se o acicate dos espíritos. Era então a colônia "o asilo vasto e seguro para tôda sorte de aventura e desregramentos". Para aqui afluíam "sem licença ministros do altar, frades fugidos dos conventos, sacerdotes que mais rigorosamente como apóstatas se deviam considerar, os quais vinham estabelecer-se e traficar, seguros da impunidade".

O mal, apontado pelo historiador Lúcio José dos Santos como campeando em Minas dos primórdios do século XVIII, vinha desde a era do povoamento. Bosquejando a largos traços aspectos da vida religiosa na Colônia em seus primeiros tempos, Nóbrega deixava escapar em suas cartas ao rei êstes melancólicos conceitos: "os eclesiásticos que achei que são cinco ou seis viviam a mesma vida dos leigos e com mais escândalo e alguns apóstatas e por todos assim viverem não se estranha pecar..."

dasse realizar de Pernambuco o mesmo que mandara observar na Bahia quanto à administração dos gentios, isso é, que a direção das aldeias fôsse tirada dos seculares e entregue aos missionários da Companhia de Jesus.

Para cumprir, ao que presumimos, uma ordem régia expedida no sentido de pôr em prática a resolução de 1691, ordem que, todavia, não nos foi possível nem descobrir nem consultar, seguiu o padre Assenço Gago para o Ceará, sem dúvida no correr de 1691.

Aí já então se encontrava o padre Manuel Pedroso Júnior, vindo por ordem de Roque Monteiro Paim, dada em inícios de 1690, substituir o padre Pedro Barbosa de Pedroso, falecido em fins do ano anterior, após uma vida das mais edificantes (35).

Não apurámos a época em que se trasladou o padre Pedroso para a sede da capitania nordestina. Sabemos, porém, que na administração de Thomás Cabral de Olival (1687), chefiando uma bandeira religiosa, êle esteve mais uma vez na Ibiapaba a descer índios tabajaras.

Serviu-lhe de escolta, durante a espinhosa missão, o cabo Francisco Dias Cabral com 12 homens de armas e 30 índios mansos.

De sua atuação pouco conhecida mas profícua, resultaria irem alguns brasileiros da serra com o seu principal a Recife prestar vassalagem ao rei de Portugal, em mãos do governador Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho.

Era "gente mui doméstica e de bom entendimento que se deixou batizar com muita devoção e jurou obediência a S.M." — afirmava aquela autoridade em carta dirigida a Roque Monteiro Paim, datada de 20 de junho de 1690.

O sucessor de Pedro Pedroso foi, como vimos, o padre Manuel Pedroso Júnior, também jesuita que era, dá-lo a já citada carta a Roque Monteiro Paim, muito perito no linguajar dos indígenas além de apóstolo fervoroso e dedicado.

Servindo no Ceará, dirigiu, pelas alturas de 1691, nova bandeira religiosa à serra da Ibiapaba para levar o consôlo da fé aos raros conversos ali radicados e doutrinar os nativos infiéis.

Sobre as viagens do padre Manuel Pedroso à serra da Ibiapaba e seus triunfos apostólicos conhecemos entre outros os seguintes documentos:

Duas portarias de Felix Machado, de 23 de março de 1691, ao Provedor da Fazenda Real para mandar fornecer dinheiro, pólvora e bala ao jesuíta Manuel Pedroso que segue por missionário para a serra da Ibiapaba.

A ordem do Marquês de Montebelo, de 25 de março de 1691, à Câmara para se fazer a despesa com os índios que se reduzir à Igreja (refere-se aos indígenas de Ibiapaba).

(35) — Pensa o padre Serafim Leite — sem dúvida a mais alta autoridade no assunto — que o padre Pedroso devia ter falecido nos primeiros meses de 1690. Esclarece: "Mas a Relação dos anos de 1690-1691 narra a sua morte sem especificar o dia, quando ia a caminho do Ceará, aldeia do Rio Grande do Norte, com cujos moradores tinha trabalhado os últimos anos de vida (Bras. 9.373)".

Preferimos admitir que seu transpasse haja ocorrido em fins de 1689. Assim opinamos, primeiro, diante dos seguintes tópicos da carta de Roque Monteiro Paim, datada de 20 de julho de 1690, que diz: "o dito padre Pedro morreu como bom soldado nesta companhia (ou seja na campanha de fazer baixar da serra os Tabajaras cujos principais tinham vindo prestar juramento de obediência a S. Majestade e com os quais êle viajava por mar — "em viagem de mar", segundo Bettendorf — a caminho da aldeia do Ceará, "cujos moradores tinham trabalhado os últimos dias da vida") com que parou um pouco esta missão mas não me disculpando mandei logo outro missionário"; segundo, tendo em vista a deficiência e morosidade de transportes, mormente para o Ceará, bem como o vagar com que eram, na época, tomadas e executadas quaisquer resoluções.

Carta do Marquês de Montebelo ao Capitão mor do Ceará (25 de março de 1691) que dê comboio e escolta ao padre Manuel Pedroso que vai a Ibiapaba buscar os índios de duas aldeias que haviam concordado em descer em sua companhia.

Há ainda a carta de Felix Machado ao Capitão-mor do Ceará (de 20 de setembro de 1692) sobre o auxílio a prestar ao padre Manuel Pedroso para o mesmo fim.

E, finalmente, nova portaria de Felix Machado, também datada de 20 de setembro de 1692, ao provedor da Fazenda Real para que dê à ordem do padre Missionário da Companhia, "que ora vai para a missão da serra da Ibiapaba da Capitania do Ceará, uma arrôba de chumbo por lavar e uma arrôba de munições de toda a casta que lhe é tudo necessário para se sustentar naquela missão tão remota donde há de assistir".

A missão teve extraordinário êxito, pois alcançou, graças à sua perseverança e coragem, que descessem rumo à ribeira do Açu mais de 600 indígenas serranos.

Atravessava o Nordeste um período de anarquia motivado pela revolta dos tapuias, e aqueles gentios se faziam necessários à defesa dos moradores do Rio Grande ameaçados de morte pelos amotinados.

Eles não chegaram, todavia, ao destino que levavam.

Por determinação superior foram localizados a dez léguas ao Norte da fortaleza de Nossa Senhora d'Assunção, onde fundaram uma aldeia. Aí passaram a assistí-los e doutriná-los os padres Ascenço Gago e o próprio padre Manuel Pedroso Júnior.

No ano em que aportou ao Ceará o padre Ascenço Gago, uma carta régia, a de 13 de março de 1691, dirigida a Felix Machado, recomendava a maneira por que deviam proceder as autoridades capitaniais em relação aos indígenas do Ceará e Rio Grande do Norte, reduzidos à obediência pelos jesuitas.

Restituídos ao governo espiritual das aldeias cearenses, mas privados, como quase sempre sucedia, do apoio da administração social — fato, aliás, denunciado ao rei pelo governador Antônio Gonçalves da Câmara Coutinho —, os missionários pouca coisa, é certo, poderiam fazer pela salvação e bem-estar dos gentios confiados a seus cuidados.

Há, todavia, um documento que atesta a sua incansável dedicação à causa que haviam empreendido defender.

É a carta Régia de 9 de janeiro de 1691 em que se lê o tópico seguinte:

"O governador que foi dessa Capitania Antônio Luís de Câmara Coutinho, a quem sucedeste no governo, me fez presente como os P. P. da Companhia haviam reduzido em grande número índios que habitavam as terras da costa do Ceará, sobre o Rio Grande e mais de duzentas léguas de distância, e que nesta missão dera a vida um religioso com muitos anos de missionário".

Em favor dos seus beneméritos propósitos, fala, ainda, a carta Régia do Governador de Pernambuco e que trata da petição feita pelo padre Ascenço Gago da Companhia de Jesus no sentido de serem os índios "que tem descido e vão descendo para as povoações mais próximas" da fortaleza isentados da jurisdição dos capitães-mores.

De novo, com uma tenacidade digna da causa que defendiam, voltavam, pois, os inacianos a pleitear o afastamento dos neófitos do contato dos civilizados, providência sem a qual não lhes parecia possível qualquer trabalho eficiente e produtivo no campo da religião.

Não sabemos se as queixas e clamores dos missionários, repetidos em vários tons, ecoaram finalmente aos ouvidos do Monarca. Certo é que, dessa época (3 de março de 1693), data a C. R. ao governador de Pernambuco, inquirindo-o sobre um protesto ao padre Ascenço Gago relativamente aos maus tratos infligidos aos indígenas missionados pela autoridade máxima da capitania do Ceará.

Havia então no Ceará seis aldeias de gentios domésticos. Quatro,

Caucaia, Parangaba, Paupina e Parnamirim, eram de índios tupis e duas de jaguaribaras. Tôdas fartamente habitadas. (Ver a carta de Moraes Navarro, datada da Bahia, de 26 de julho de 1694.)

Em inícios de 1695, os dois inacianos abandonaram a grande obra de doutrinação dos silvícolas mansos, das aldeias sediadas junto à fortaleza de Nossa Senhora d'Assunção, para se dedicar inteiramente à conversão dos silvícolas tabajaras, do Norte da Capitania.

Cumpriam êles, dêsse modo, as determinações da C. R. de 29 de novembro de 1694, segundo a qual os gentios daquela serra deviam ser socorridos espiritualmente pelos padres jesuítas que residiam no Ceará.

Da leitura da carta ânua de 1695, publicada pelo padre Serafim Leite (36), tem-se a impressão que as atividades apostólicas dos dois missionários se desenvolviam, entre os nativos da Ibiapaba, desde 1693, época em que foram, portanto, lançadas as bases definitivas da missão jesuítica que floresceu naquela serra até 1759.

No período compreendido entre 1693 e 1695, celebraram os padres pazes com os Ariu, Anacé e Aconguaçu ou Acoanaçu, todos gentios de corso.

Padre Manuel Ribeiro Marinho — Depois da partida do padre Amaro Fernandes seguiram-se no Ceará até 1696, época em que veio dirigir a diocese de Pernambuco frei Dom Francisco de Lima, novos vigários encomendados (37).

Seriam talvez todos êles vultos venerandos da Igreja Católica mas que passaram sem deixar vestígios nos anais históricos da terra.

Conservou-se, todavia, o nome do padre Manuel Ribeiro Marinho, que é, aliás, um dos muitos exemplos da indisciplina reinante no clero daqueles ominosos tempos da colônia.

Pelas alturas de 1686, olvidando, como tantos dos seus antecessores, as regras de disciplina a que deviam estrita obediência, abandonou, sem a necessária autorização prelatícia, suas funções de pároco, desaparecendo sem que fôsse desde então possível seguir-lhe as pegadas fugidias.

Amargurado pelo exílio, impeliu-o certamente o compreensível anseio de vida menos áspera.

Padre João Alves da Encarnação — Em 1696 estavam as aldeias indígenas, fundadas pelos jesuítas, entregues aos cuidados do padre João Alves da Encarnação do hábito de São Felipe Nery (38).

(36) — Carta Ânua que se tem obrado na missão da Serra da Ibiapaba desde o ano 93 até o presente noventa e cinco para o padre Alexandre de Gusmão da Companhia de Jesus, Provincial da Província do Brasil. "História da Companhia de Jesus". Tomo III, págs. 38-56.

(37) — Nomeado, em 1694, bispo da diocese de Pernambuco cuja imensa área estendia-se até o Piauí, chegou êle a Recife, em 1696.

De Frei Francisco de Lima, diz Loreto Couto "que se empenhou a fazer em pouco tempo o que os outros não faziam em dilatados anos, praticando aquelas virtudes próprias de um vigilante Pastor. Assim, na larga repartição das esmolas, como nas visitas que fêz pelos sertanejos".

Muito andejo, apesar da sua idade provecta — estaria então pelos setenta anos — percorreu mais de trezentas léguas em visitas pastorais às aldeias e freguesias sob a jurisdição eclesiástica. Numa dessas viagens teria, segundo José Barata, alcançado o Piauí em correição pela freguesia de Oeiras, por êle criada em 1696. Esta última informação deve ser recebida com reservas, porquanto é contrariada por alguns estudiosos que afirmam nunca ter êle estado no Piauí. Não estudamos o caso.

(38) — Tendo nascido em Tracunhem, capitania de Pernambuco, a 4 de março de 1634, faleceu êsse grande servo de Deus, como lhe chamou o Bispo frei Francisco de Lima (em documento de 26 de junho de 1698), no convento de sua ordem, a 27 de setembro de 1719. Foi vitimado, segundo B. de Studart, por uma afecção cancerosa.

Por essa época era empossado no cargo de bispo de Pernambuco o sucessor de D. Matias de Figueiredo, D. Frei Francisco de Lima, sacerdote cuja fama de piedoso e reto a crônica regista.

Inteirado do estado de anarquia social e religiosa em que se debatia o Ceará, e não lobrigando uma solução pronta e adequada a tão cruciante problema, uma vez que, por éle, eram responsáveis também os próprios representantes da coroa, e êstes escapavam, de certo modo, à sua alçada eclesiástica, resolveu o bispo comunicar ao monarca pela Mesa da Consciência e Ordens os "têrmos em que estava a Igreja" cearense, fazendo-lhe sentir a necessidade de serem tomadas medidas radicais.

Da difícil e aflitiva situação que atravessava a igreja cearense, em 1696, e de suas mais urgentes necessidades materiais e espirituais, fala-nos ainda a carta de Pedro Lelou, então no govêrno da Capitania, a seu rei. É datada de 20 de agôsto daquêle ano, e diz que o povo da Capitania não tem matriz, nem curato, nem mais igreja fora das aldeias que a Capela daquela Fortaleza, na qual o Capelão faz o officio de vigário, por cuja causa havia pouca obediência na infantaria, por éle os querer reger e meter-se em tôda a governança, com a autoridade de Vigário, e sendo só, não podia acudir à sua obrigação, e do bem das almas (Ver R. I. C. Col. XXXVII. doc. nº 458.)

(CONTINUA)